



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Editado conforme Resolução da Mesa nº 041/08,  
c/c Resolução Legislativa nº 002/10

Boa Vista-RR, 14 de outubro de 2015

Edição 2152 | Páginas: 14

Palácio Antônio Martins, nº 202, Centro | 7ª LEGISLATURA | 50º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAIAIS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Brito Bezerra (PP) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Oleno Matos (PDT) - Membro

#### Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente  
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro

#### Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro

#### Suplentes:

1º - Chico Guerra (PROS)  
2º - Oleno Matos (PDT)

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro  
Diego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente  
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Membro  
Chico Mozart (PRP) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro  
Coronel Chagas (PRTB) - Membro  
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro  
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

#### Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente  
Izaiais Maia (PRB) - Vice-Presidente  
Dhiego Coelho (PSL) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro  
Francisco Mozart (PRP) - Membro

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente  
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro  
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente  
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Zé Galeto (PRP) - Membro  
Izaiais Maia (PRB) - Membro

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente  
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente  
Oleno Matos (PDT) - Membro  
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro  
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente  
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente  
George Melo (PSDC) - Membro  
Jânio Xingú (PSL) - Membro  
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente  
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente  
Jorge Everton (PMDB) - Membro  
Odilon Filho (PEN) - Membro  
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

### GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS  
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA  
Diagramação

### Atos Administrativos

- Resoluções 280 a 202/2015 - DGP 02  
- Resoluções de Afastamento nº 414 a 420/2015 02  
- Errata da Resolução de Afastamento nº 404/2015 02

### Atos Legislativos

- Projetos de Lei nº 059, 060 e 061/2015 03

### Atas Plenárias

- Ata da 2436ª Sessão Ordinária - Íntegra 03  
- Ata da Audiência Pública Ocorrida em 24/09/2015 04

### Das Comissões

- Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização, Financeira, Tributação e Controle - Ofício Circular nº 003 e 004/2015 14

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), em formato .doc (Word), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015 e pelo e-mail docgeralale@gmail.com de segunda a sexta-feira.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

**ATOS ADMINISTRATIVOS**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES**
**RESOLUÇÃO Nº 0280/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º CONCEDER Auxílio Natalidade**, nos termos do art. 179 da Lei Complementar nº. 053 de 31 de dezembro de 2001, à servidora **Anna Carolina Carvalho de Souza**, matrícula 13172, cargo Consultor Jurídico do PROCON, de acordo com a Certidão de Nascimento de seu filho **ARTHUR BESSA CARVALHO DE JESUS ANDRADE**, em 25 de julho de 2015, expedida em 28 de julho de 2015, no Tabelionato Deusdete Coelho - 1º Ofício em Boa Vista – RR.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 13 de outubro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente  
**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**  
 1º Secretário  
**Deputado Marcelo Mota de Macedo**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 0281/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR** os servidores relacionados no anexo desta Resolução, a partir de 31 de agosto de 2015, onde exerceram Cargos Comissionados nos Gabinetes, integrantes do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no Diário da ALE nº 1490 de 04.01.2013.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2015.

Palácio Antônio Martins, 13 de outubro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente  
**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**  
 1º Secretário  
**Deputado Marcelo Mota de Macedo**  
 2º Secretário

**Anexo da Resolução de Exoneração nº 0000/2015/DGP de 31.08.2015.**

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO
	16640	ANASTACIO XAVIER FILHO	FS1 Auxiliar Parlamentar
	17529	ANDRE LOURENÇO BENTO SICHINEL	FS1 Técnico Legislativo
	17554	EVANDRO BAIA DO CARMO JUNIOR	FS4 Auxiliar Parlamentar
	15461	JAIRO SOUZA CASTRO	FS1 Auxiliar Parlamentar
	17626	JEICE DA SILVA SANTANA	FS1 Secretário Parlamentar
	16600	JOSE IRAJARA LIMA DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
	14146	LEONICE CUNHA SILVA	FS5 Auxiliar Parlamentar
	17556	MANOEL RIBEIRO DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
	14527	RAMON OLIVEIRA DE QUEIROZ	FS4 Secretário Parlamentar
	17558	SELMA DE CARVALHO SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
	17559	TANCREDO DA SILVA SANTOS	FS1 Técnico Legislativo
	8844	VALDECI RODRIGUES DA SILVA	FS4 Secretário Parlamentar
	13474	YAGO BALSAMO MELO	FS5 Assessor Parlamentar

Palácio Antônio Martins, 13 de outubro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente  
**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**  
 1º Secretário  
**Deputado Marcelo Mota de Macedo**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 0282/2015-DGP**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE:**

**Art. 1º CONCEDER Auxílio Natalidade**, nos termos do art. 179 da Lei Complementar nº. 053 de 31 de dezembro de 2001, à servidora **Nathalia Cristina de Oliveira Silva**, matrícula 16563, cargo FS3 Auxiliar Parlamentar, de acordo com a Certidão de Nascimento de seu filho **Adriel Neto Oliveira Melo**, em 07 de setembro de 2015, expedida em 08 de setembro de 2015, no Tabelionato Deusdete Coelho - 1º Ofício em Boa Vista – RR.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de outubro de 2015.

**Deputado Jalsner Renier Padilha**  
 Presidente  
**Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra**  
 1º Secretário  
**Deputado Marcelo Mota de Macedo**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS**
**RESOLUÇÃO Nº 414/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **CINTIA CAROLINE EDUARDO XAVIER Matrícula 000130** e **MARILIN FERNANDES DA SILVA Matrícula 16798** para viajarem com destino a cidade de Brasília – DF, no período de 09.10 a 15.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**  
 Presidente  
**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**  
 1º Secretário  
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 415/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **GERSON CHAGAS** para viajar com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 13.10 a 14.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**  
 Presidente  
**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**  
 1º Secretário  
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 416/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **EVANGELISTA SIQUEIRA** para viajar com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 13.10 a 14.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**  
 Presidente  
**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**  
 1º Secretário  
**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**  
 2º Secretário

**RESOLUÇÃO Nº 417/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **OLENO INÁCIO DE MATOS** para viajar com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 13.10 a 14.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 418/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **SÍLVIA MARIA MACEDO COELHO Matrícula 16804** para viajar com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 13.10 a 14.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 419/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **SÔNIA LÚCIA NUNES PINTO Matrícula 14600, RONDINELE DA SILVA SBEL Matrícula 11746 e FRANCIMEIRE TELLES LIMA Matrícula 16068** para viajarem com destino a cidade de Brasília - DF, no período de 13.10 a 14.10.2015, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**RESOLUÇÃO Nº 420/2015**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **EUMÁRIA DOS SANTOS AGUIAR Matrícula 14170** para viajar com destino a cidade de Manaus - AM, no período de 14.10 a 23.10.2015, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**1º Secretário**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**2º Secretário**

**ERRATA A RESOLUÇÃO DE AFASTAMENTO**

Retificamos a Resolução Nº 404/2015 publicada no diário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no dia 09 de Outubro do ano em curso, Edição Nº 2150, que autorizou o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JORGE EVERTON BARRETO GUIMARÃES**.

**Onde se lê:** no período de 12.10 a 16.10.2015

**Leia-se:** no período de 25.10 a 29.10.2015

Palácio Antônio Martins, 13 de Outubro de 2015

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**Presidente**

**ATOS LEGISLATIVOS****PROJETO DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 059 DE 30 DE SETEMBRO**

**“Altera dispositivos da Lei nº 59, de 28 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Sistema Tributário Estadual e dá outras providências.”**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de setembro de 2015.

**SUELY CAMPOS**

Governadora do Estado de Roraima

*OBS.: Projeto de Lei encaminhado para Assembleia Legislativa através da Mensagem Governamental nº 043 de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Roraima, Ed. nº 2614 de 30/09/2015 e lida em Sessão Ordinária em 01/10/2015.*

**PROJETO DE LEI Nº 060 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.**

**“Dispõe sobre o Plano Plurianual — PPA, para o quadriênio 2016-2019.”**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de setembro de 2015.

**SUELY CAMPOS**

Governadora do Estado de Roraima

*OBS.: Projeto de Lei encaminhado para Assembleia Legislativa através da Mensagem Governamental nº 044 de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Roraima, Ed. nº 2614 de 30/09/2015 e lida em Sessão Ordinária em 01/10/2015.*

**PROJETO DE LEI Nº 061 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015**

**“Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2016.”**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 30 de setembro de 2015.

**SUELY CAMPOS**

Governadora do Estado de Roraima

*OBS.: Projeto de Lei encaminhado para Assembleia Legislativa através da Mensagem Governamental nº 045 de 30 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de Roraima, Ed. nº 2614 de 30/09/2015 e lida em Sessão Ordinária em 01/10/2015.*

**ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA****ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA QUADRINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia oito de outubro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quadringentésima quadragésima sessão Ordinária do quinquagésimo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente, Deputado **Jalser Renier**, declarou aberta a Sessão e solicitou ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 07/10/15, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que o Governo do Estado envie a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a alteração da LC nº 194/12, bem como o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado

de Roraima (CEDM-RR), o qual revoga a Lei nº 963/14; Indicação s/nº, de 07/10/15, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que o Governo do Estado envie a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as Promoções de Oficiais e Praças Militares Estaduais; Indicação s/nº, de 07/10/15, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando ao Governo do Estado que sejam chamados os remanescentes dos últimos concursos de Oficial e Soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, para realização de curso de formação, em caráter de urgência; Indicação s/nº, de 07/10/15, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que o Governo do Estado envie a este Parlamento o Projeto de Lei que dispõe sobre ampliação do Quadro de Distribuição de Efeito (QDE) da Polícia Militar do Estado de Roraima (PM/RR); Requerimento s/nº, de 07/10/15, do Deputado Jorge Everton, para eleição imediata da Comissão Especial que iniciará os trabalhos referentes à representação contra a Governadora do Estado e a Secretária Chefe da Casa Civil; Requerimento s/nº, de 07/10/15, do Deputado Jorge Everton, para deliberação do Plenário sobre a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, atinente à Secretaria de Estado da Educação. **DIVERSOS:** Ofício nº 001, de 28/09/15, do Senado Federal - Ministro Mauro Luiz Campelo, comunicando que, no dia 02/09/15, foi instalada a Comissão Permanente de Desburocratização da Administração Pública Brasileira. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem do Dia, discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 076/15, de autoria de vários Deputados, pedindo urgência urgentíssima para deliberação da matéria constante da Mensagem Governamental nº 039/15, que originou o Projeto de Decreto Legislativo nº 028/15, considerando que, no último dia 30, a matéria foi deliberada sem o prévio conhecimento dos Senhores Parlamentares pelo sistema DATAGED, requerendo que a matéria seja deliberada na sessão ordinária do dia 08 de outubro, em regime de urgência e prioridade sobre qualquer outra proposição. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 028/15, o qual, no entanto, foi transferido para a próxima sessão por falta de quórum regimental para deliberação. Em seguida, o Senhor Presidente anunciou a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 011/15, que “aprova o nome do Senhor Juscelino Kubitschek Pereira para exercer o cargo de Presidente do DETRAN”; do Projeto de Decreto Legislativo nº 032/15, que “aprova o nome da Senhora Isabella de Almeida Dias Santos para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima/IPEM”; e do Projeto de Decreto Legislativo nº 028/15, que “aprova a indicação do nome do Senhor Carlos Fabrício Ortmeier Ratacheeski, para ocupar o cargo de Defensor Público-Geral da Defensoria Pública do Estado de Roraima”. Após, destacou que esta Casa não ficará desmoralizada por nenhuma instituição pública, pois o Poder Legislativo é soberano, e os Deputados merecem respeito. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Jânio Xingú** solicitou ao Senhor Presidente que encaminhe à Senhora Governadora cópia da Ata da Audiência Pública, realizada nesta Casa, com os representantes sindicais das diferentes categorias de servidores públicos do Estado e com o Secretário de Estado da Administração, o qual teria se comprometido em enviar a esta Casa Projeto de PCCR do Quadro Geral do Estado, mas até o momento não o fez. Finalizou ressaltando a importância de a Senhora Governadora tomar conhecimento desse fato. O Senhor Presidente acatou a solicitação do Senhor Deputado **Jânio Xingú**. Em seguida, informou que o Governo retirou o PCCR do Instituto de Previdência do Estado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Sessão e convocou outra para o dia 13 de outubro, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

Aprovada em: 13/10/2015

## ATAS PLENÁRIAS - AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2015.  
 50º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.  
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

As dez horas do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a Audiência Pública com os representantes sindicais das diferentes categorias de servidores públicos do Estado de Roraima, a fim de ouvir proposições que serão incluídas nos projetos e Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações, aprovada através

do Requerimento nº 038/2015, de autoria do Senhor Deputado **Jânio Xingú**.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que é um prazer e uma satisfação imensa recebê-los na Casa do Povo, no Poder Legislativo, uma instituição que no próximo ano completa vinte e cinco anos de existência. Aqui existem Deputados bravos, corajosos, parceiros, amigos e parceiros da democracia, todos que aqui estão, indistintamente. Têm os que ocupam uma posição ideologicamente e os que contrapõem essas mesmas posições. O que torna o Parlamento respeitado é a boa harmonia entre os colegas e, acima de tudo, o respeito entre o Parlamento e a população, o povo de uma maneira geral. Essa Comissão proposta pelo meu amigo, ilustre Deputado Xingú, Deputado atuante, vem ao encontro e ao anseio de classes que precisam, necessariamente, serem ouvidas, para que seus valores sejam alcançados, suas metas cumpridas, e suas obrigações ouvidas pelo Chefe do Poder Executivo e por outras instituições. Não há Governo sem povo e não há povo que não tenha rumo de um Governo. Só existem paz e equilíbrio em uma nação quando povo e Governo andam juntos e ambos felizes, o Governo governando e o povo trabalhando. É dessa maneira que implantamos e acreditamos em uma democracia mais justa para nosso povo e para nosso País. Sejam bem-vindos.

Atendendo ao Requerimento nº 038/15, aprovado em Sessão Plenária, neste momento daremos início à Audiência Pública com os representantes sindicais das diferentes categorias de servidores públicos do Estado de Roraima, a fim de ouvir proposições que serão incluídas nos projetos e Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações, requeridas pelo Deputado Jânio Xingú.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Deputado Jânio Xingú, autor da proposição.

Desde já, agradeço a boa intenção do Governo do Estado, por mandar o Secretário de Estado de Gestão Estratégica e Administração, Frederico Bastos Linhares, neste ato, representando a Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos, ao qual convido para compor a Mesa dos trabalhos.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, a Senhora Silvia Cristina Lima, representante da Central Única dos Trabalhadores de Roraima- CUT,

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Francisco de Assis, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Civis Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima – SINTRAIMA.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o representante do sistema penitenciário do Estado de Roraima, Senhor Rarison Barbosa.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima, Professor Ornildo.

O Professor Ornildo, para quem não conhece, foi professor na escola Gonçalves Dias, na época em que eu fazia o terceiro ano do colegial. Foi meu professor de Educação Moral e Cívica. Na época existia essa matéria. E eu sempre trato o professor Ornildo com certa deferência, pois se não fosse o abono de dez pontos, eu ficaria de ano.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Flavinei Almeida, representante dos Sindicatos dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias do Estado de Roraima – SINDAR / CSE Roraima.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor José Eduardo Figueiredo, Presidente do Sindicato dos Radialistas profissionais dos Trabalhadores em empresas de Rádio Difusão e Televisão do Estado de Roraima.

O José Eduardo, todos os domingos a partir das dez horas da noite apresenta um programa na 93.3, chamado Clube do Rei, no qual as melhores músicas do Roberto Carlos são tocadas, lembradas por ele. Não perco um programa seu.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Osvaldo Brandão Mussato, representando o Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual de Roraima – SIDUER.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Marcos Evangelista, representando o Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Roraima.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Robson Avelino do Trabalho, representando o Sindicato dos Motoristas e Condutores de Ambulância do Estado de Roraima.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Tompson Ribeiro Damasceno, representando o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Roraima.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Emerson Barden, representando o Sindicato dos Servidores do DETRAN.

Já conheço o Emerson de outras campanhas, como, por exemplo, aquela batalha que o DETRAN fez a favor dos seus sindicalizados, das pessoas que fazem parte da história daquele quadro funcional tão importante para o governo, assim como todas as outras secretarias.

Convido, para compor a Mesa dos trabalhos, o Senhor Moisés dos Santos, representante dos Agentes Sócio-Orientadores e Instrutores.

Convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional e o Hino do Estado de Roraima.

(Canto do Hino Nacional e do Hino do Estado de Roraima).

Quero cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Jânio Xingú, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Gestão Estratégica e Administração, Frederico Linhares, neste ato, representando a Senhora Governadora do Estado, Suely Campos, a Central Única dos Trabalhadores de Roraima – CUT, na pessoa da Senhora Silvia Cristina Lima e, em seu nome cumprimento todos os membros da Mesa presentes. Cumprimento a Senhora Deputada Aurelina e a Deputada Angela e, em nome do Deputado Valdenir cumprimento os demais Deputados. Quero cumprimentar as autoridades presentes, a imprensa local, a distinta platéia e os demais aqui presentes, também nossos telespectadores do canal 57.2 que estão nos assistindo ao vivo.

Hoje, este nosso encontro, muito bem elaborado e muito bem feito pelo brilhante Deputado Xingú, que está no seu segundo mandato, e com o seu poder de articulação junto às categorias, trouxe a esta Casa um tema para discussão, que há muito tempo já deveríamos ter trazido, pois, estamos à mercê de uma solução para as progressões salariais desses servidores que todos os dias saem de suas casas para cumprir sua missão, trazer o sustento de sua família e para a sustentabilidade do seu trabalho. Não tenho dúvida de que este trabalho é importante, tanto aos que estão em Plenário como aos que estão à frente do Governo. O PCCR desses sindicatos, dessas categorias é absolutamente justo, no ponto de vista do crescimento econômico, falo do superávit que o Estado de Roraima tem e pelo momento difícil por que passa o Brasil.

Não podemos, de maneira nenhuma, num ato de irresponsabilidade, atribuir todos os danos e perdas ao atual Governo, mas, precisamos encontrar uma solução, e esta solução não pode ser encontrada apontando para o passado. Como diz o cantor Belchior “o passado é uma roupa velha que já não nos serve mais”. Precisamos olhar para frente, precisamos traçar os rumos dos nossos objetivos e fazer com que as pessoas entendam que não existe governo sem a classe trabalhadora. Não existe um Estado que cresça e que seja absolutamente desenvolvido sem pessoas que acreditam no que estão fazendo. Nosso Estado cresceu muito nos últimos anos e vem desenvolvendo a cada dia. Recentemente, tivemos uma colheita recorde de soja, colhemos mais de vinte e quatro mil hectares de soja, que significa uma semi-independência para nosso Estado. Roraima é o Estado mais pobre da Federação, o que menos arrecada, o que mais sofre pela sua posição geográfica; é o Estado que encontra inúmeros desafios.

Para vocês terem uma idéia, na história da República e na história do País, num ato de desespero do Governo Federal, sem ter mais para onde ir, a Presidente da República colocou os pés aqui em Roraima, onde ficou por uma hora e cinquenta e dois minutos, pura e simplesmente, para inaugurar 200 casas. Isso significa desespero total do governo. O fato de uma Presidente da República sair dos seus afazeres para visitar 0,1% da população brasileira é porque ela não tem mais lugar para ir. Devo dizer a vocês que nossa intenção, aqui no Estado não é cortar a garganta de ninguém, não é perseguir ninguém, não é demonstrar vingança, através do voto, não é transformar a Assembleia Legislativa em um palco de guerra entre o Poder Executivo e Legislativo. Costumo dizer em todas as minhas falas que a Assembleia Legislativa é um poder independente, isso não significa dizer que a Assembleia está em guerra com o Poder Executivo. Independência significa auto-afirmação, controle, boa conversa, boa harmonia e o bom diálogo. Geralmente, quando surgem divergências seguimos para a convergência. Quando estamos próximos de um entendimento, significa vitória não só para a classe que está sendo aferida, mas também para o povo que está sendo respaldado. Nenhuma bandeira no Estado pode ser erguida se seu povo não está feliz. Nenhuma bandeira social pode ser considerada democrática se seu povo está passando fome. Nosso Estado tem suas dificuldades diante das quais nós temos nossa obrigação administrativa, social para que possamos demonstrar na Assembleia Legislativa e no Governo do Estado, as soluções que o povo precisa. Não adianta apontar os erros do passado, pois, não traremos nada de volta desses erros que as administrações passadas cometeram. Temos que olhar para frente, e foi com essa posição que os habilitados a representar o povo se prontificaram a fazer. Todos os candidatos a governadores sabiam das dificuldades financeiras por que o Estado passa. Agora, não podemos colocar isso nas costas do povo nem nas costas da sociedade. Precisamos sim compartilhar os momentos difíceis, objetivando encontrar uma solução pacífica, onde

o grande beneficiado seja o povo do nosso Estado. Esse é o anseio dessas categorias, secretário. É um anseio de cinco anos e sei da boa relação que o senhor tem a frente da pasta e podemos juntos tentar buscar um caminho. E eu, como representante do Parlamento e de uma Instituição, preciso fazer com que isso saia do papel, preciso garantir que não fiquemos apenas no papel, na fala e aplausos que duram pouco, e, quando termina o evento, as pessoas vão para suas casas e os problemas continuam na gaveta da burocracia. Precisamos fazer com que a população seja beneficiada nas suas progressões devidamente equiparadas com o crescimento do Estado. O Estado recebe uma receita corrente líquida anual. A crise pode assolar os Estados pequenos. Já sabemos de uma conversa no cenário nacional sobre a volta da CPMF, o que gera um impacto na vida do cidadão, mas dá aos governos condições financeiras para que ele possa tocar e compensar as perdas que a população brasileira vem encontrando.

Preciso, antes de mais nada, que a população se mobilize, que o povo se organize, pois não somos nada se não estivermos unidos. Precisamos, neste encontro, achar uma solução para que o Secretário saia daqui com algo concreto, com introdução, desenvolvimento e conclusão de um projeto que atenda aos anseios dessas categorias, para que possamos levar ao conhecimento de todos a solução para as suas tão sonhadas e merecidas progressões.

Quero agradecer a todos pela permanência em nosso Plenário. Perdoem-me por alguns estarem em pé, infelizmente nosso espaço não é tão grande, mas é maior que muitas Assembleias por aí. Fizemos questão de trazê-los para cá, pois o diálogo, o caminho, o objetivo, a convergência e a intenção é a mesma, que é pagar bem àqueles que trabalham pela bandeira e pelo povo deste Estado. Obrigado.

Neste momento, passo o comando dos trabalhos desta Audiência ao Senhor Deputado Jânio Xingú.

O Senhor Presidente, Deputado **Jânio Xingú** – Bom-dia. Gostaria de dizer a todos vocês e aos meus pares que, quando apresentei o Requerimento sobre esta audiência, tive a felicidade de ser bem recebido pelo Presidente Deputado Jaiser Renier que, imediatamente, colocou o requerimento para ser votado no Plenário. E foi aprovado por unanimidade, permitindo assim que este evento acontecesse hoje. Os atores mais importantes são vocês que, certamente serão promovidos. Agradeço a oportunidade de estar aqui, debatendo, juntamente com os Deputados, representantes sindicais e com o Secretário de Estado de Gestão Estratégica e Administração.

Neste momento, vamos começar o nosso debate. Vamos começar pelos presidentes de sindicatos, pois, foram eles que me procuraram e fizeram com que este evento acontecesse. Por isso, gostaria de dizer a todos os Presidentes que nosso tempo será curto em função do horário, mas, todos poderão dar seu recado. Depois, abriremos espaço para conceder a palavra ao Secretário de Administração e aos Deputados para que emitam sua opinião e suas ideias.

Vamos começar com o Senhor Francisco de Assis que representa mais de cinco mil servidores do Estado, através do SINTRAIMA.

O Senhor **Francisco de Assis**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Cívicos Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima/SINTRAIMA. – Bom-dia a todos que nos ouvem. Trouxemos hoje para esta Casa, grande parte dos servidores do quadro geral deste Estado, pois, estamos a onze anos esquecidos por outras administrações. Hoje, o anseio por melhorias destes servidores é muito grande, porque o PCCR começou em janeiro de 2015, encontra-se na Casa Civil e vai ser encaminhado para a Assembleia, onde discutirão o orçamento. A proposta do Governo é de que seja pago em três parcelas. Essa proposta os servidores debateram, discutiram muito, e trouxeram algumas sugestões: Vamos reduzir esse escalonamento, para que seja pago, no máximo, em duas parcelas, porque há anos fomos esquecidos, discriminados. E em 2008 teve a diferenciação dos servidores de várias classes e, neste momento existe a oportunidade dada por este governo de um novo PCCR. Acreditamos que ele vai acontecer e que venha a corrigir os erros do passado como, por exemplo, os servidores que ganham menos de um salário mínimo no Estado de Roraima. Isso nós vemos como um sentimento vergonhoso, pois é complementado por um ato constitucional. A Constituição não deixa que nesses setores se ganhe menos que um salário mínimo. Então, dentro da proposta, que está aí para começar em 2016, venha sanar isso.

Outro item na pauta do orçamento é o auxílio-alimentação que veio a esta Casa no ano passado, mas foi retirado. Queremos saber se há capacidade de dar esse benefício aos servidores do Estado de Roraima?

Já sabemos que dentro da discussão da câmara temática do Estado, encontravam-se presentes um delegado e um diretor do sindicato, foi colocado isso como planejamento, e queremos algo concreto, quando realmente vier a acontecer em 2016. Se outras categorias têm direito de receber auxílio-alimentação, por que nós não? Que diferença é essa que

existe no Estado em relação a isso? Vemos nossos colegas fazendo sua cesta básica com esse auxílio-alimentação, e nós não. Nós temos que tirar do nosso bolso, do nosso vencimento, daquele dinheiro com que poderíamos pagar um cursinho para os nossos filhos, para complementar nossa alimentação.

Em relação ao orçamento, nós analisamos também o plano que se encontra na Casa Civil, e o impacto em relação à lei de responsabilidade fiscal é muito pouco: 0,59% em 2016, sendo que para os outros anos, somando tudo, não vai chegar a 2% com as progressões que os servidores têm direito.

Falando em progressões, como é que o governo vai fazer as progressões retroativas que foram deixadas de ser pagas aos servidores. Nós temos progressões verticais para receber, temos também as progressões horizontais para serem feitas. Como vai ser feito isso? Vão pagar em uma, duas, três, seis vezes como vem sendo proposto pelo Governo? Sabemos da crise, mas não podemos deixar os servidores do Estado de Roraima pagar por essa crise, porque foram onze anos de esquecimento, culpa de alguns. Acredito que esta Casa também analisará o nosso plano e vai verificar que existe a possibilidade de PCCR dos servidores do quadro geral, pois esse plano foi feito a quatro mãos, juntamente, com o governo. Então, se o governo está dizendo que o impacto financeiro que é feito pela Secretaria de Planejamento, tem condição de pagar três vezes, o questionamento é se não tem condições de diminuir esse prazo para, no máximo, duas vezes. Os 11 anos de esquecimentos trouxeram muitas frustrações para os servidores. Eu vejo servidores do quadro de serviços gerais que, muitas vezes, têm que faltar ao trabalho para fazer diária, que é a diária de 100 reais e é uma renda a mais. Isso vai influenciar agora nas progressões deles.

Então, vemos nesta Audiência Pública uma perspectiva maior da efetivação do PCCE dos servidores do quadro geral, para que, realmente, seja efetivado, pois ele não pulou nenhuma fase. Ele tramitou paulatinamente. Tivemos paciência. Estamos há mais de 08 meses, todo tempo, acompanhando esse plano de perto, para que não haja nenhuma distorção dele, para que haja realmente acordo entre os servidores do Estado de Roraima, porque, hoje, eles são o sindicato do Estado.

E hoje, eles vêm aqui, Deputado Xingú, a esta Audiência Pública, porque querem o PCCR do quadro geral, sim. E é PCCR já! É a nossa vez. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Obrigado, Francisco.

Para dar continuidade, com o tempo de cinco minutos, convidamos, representando o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima – SINDAPE/RR, o Senhor Rarisson Francisco Rodrigues Barbosa.

O Senhor **Rarisson Francisco Rodrigues Barbosa**, representante do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima/SINDAPE/RR. – Muito bom-dia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Xingú, que abraçou a nossa causa, tem defendido o tratamento digno aos servidores públicos do Estado de Roraima, cumprimento todos os outros nobres Deputados que se fazem presentes.

Bom-dia, Senhor Secretário, meus colegas servidores públicos estaduais.

Meu nome é Rarisson Francisco Barbosa, sou agente penitenciário, lotado hoje na Secretaria de Justiça e Cidadania, faço parte do SINDAPE, Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, como diretor financeiro. É bem verdade que a convocação da presente Audiência não poderia ser mais oportuna, já que não se pode construir uma democracia em um País organizado, que atenda as necessidades da população, sem um servidor preparado, competente, bem remunerado e tratado com respeito e dignidade.

Em 5 de junho de 2012, começava uma caminhada árdua na carreira daqueles que escolheram ser Agentes Penitenciários. Foram cinco meses dentro de uma academia de polícia integrada, passando pelo curso de formação. Nesse período, conhecemos o Deputado Xingú, que começou a nos apoiar em vários projetos que viram pela frente. A partir daí, apresentamos ao nobre Deputado o nosso primeiro problema. Eu acho que ele lembra a alteração da Lei 166, de 16 de julho, visando convocação de 28 AGPENS que ficaram fora dos quadros. É que, na época, a lei previa 300 vagas, e na academia havia 328 agentes, dos quais 28 ficaram fora, a fim de corrigir essa injustiça. O Deputado Jânio Xingú trouxe para esta Casa o Projeto de Lei que alterava o número de vagas do concurso de agentes penitenciários, de 300 para 328 vagas. Dando assim para 28 AGPENS o tão sonhado emprego efetivo. E, aí, logramos êxito nesse primeiro projeto. Foi quando, em razão da característica de nossas atividades, por ser uma carreira de risco, a nossa profissão é a segunda mais perigosa do mundo, houve a necessidade de trazer mais vezes para esta Casa um projeto que aprovasse o porte de arma do agente penitenciário fora do serviço. Foi

quando, mais uma vez, os Deputados aqui presentes mostraram pulso firme e aprovaram esse nosso projeto. E diante de tudo isso, durante dois anos e seis meses de efetivo trabalho no sistema prisional, constatamos vários problemas nas unidades prisionais que dificultavam o exercício da nossa honrosa profissão. Reconhecemos que dificuldades existem no sistema prisional, mas nós estamos aqui para ajudar o Governo do Estado a sanar esse problema e assim corrigir. Desse modo, visando manter esse vigor presente, ao deixarmos a academia vimos respeitosamente pedir ao Senhor Secretário, que representa a Senhora Governadora do Estado, ao Presidente da Assembleia Legislativa e aos nobres Deputados aqui presentes que incluam no orçamento para ser votado, ainda este ano, recursos necessários para aprovação do nosso Plano de Cargos e Salário, do nosso auxílio-alimentação, bem como para a estrutura física das nossas unidades prisionais, que hoje estão destruídas. Queremos apenas ser tratados com dignidade e respeito e que esse respeito se materialize em uma boa remuneração e condições dignas de trabalho.

Diante desses dois projetos que nós trouxemos para a Casa, enquanto agente penitenciário espero, Deputado Xingú, Secretário, na pessoa da Governadora, Presidente da Assembleia, que os senhores possam nos ajudar a incluir no orçamento, ainda este ano, recurso necessário para que a gente possa aprovar os nossos projetos para melhorar, em condições mínimas, e a gente possa desenvolver o nosso trabalho dentro da Secretaria de Justiça e Cidadania. Muito obrigado a todos e bom-dia.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Obrigado, Rarisson. Para dar continuidade, vamos chamar o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Universidade Estadual de Roraima, Osvaldo Brandão Mussato.

O Senhor **Osvaldo Brandão Mussato**, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Universidade Estadual de Roraima/SINDUERR. – Bom-dia Deputados; bom-dia, sindicalistas, servidores aqui presentes. Agradecemos, em nome do SINDUERR, a oportunidade de estarmos aqui discutindo orçamento público estadual para o ano de 2016. Falar da UERR é descrever uma história de luta na carreira do servidor. A UERR foi criada no ano de 2006 e, desde sua criação, passou por um longo período de abandono pelo Governo do Estado.

Entre janeiro de 2006 a novembro de 2013, os professores da Universidade Estadual de Roraima ganharam o equivalente à metade dos valores pagos aos professores da rede básica de ensino do nosso Estado. Durante esse período, nós lutamos contra um governo e uma reitoria que maltratava e não dava condições de trabalho para os servidores.

Nossa história começa a mudar a partir de 2011 quando conseguimos, através de muita luta, garantir concurso público para que nós tivéssemos um quadro de professores efetivos condizentes com a realidade e com as nossas necessidades. E aí começamos a ter força para lutar pelos nossos direitos. E isso culminou em 2013 com a greve da Universidade Estadual de Roraima, através de muita luta e com o apoio da Casa Legislativa. Conseguimos a implementação da equiparação salarial com os professores da Educação Básica. Nas universidades, quando se fala em professores universitários, estamos lembrando que a universidade trabalha com ensino, pesquisa e extensão, ou seja, formamos profissionais qualificados, através desse tripé, que é essencial. Caso ela não faça isso, será uma faculdade. Em 2013, garantimos, na greve, a indicação do primeiro reitor de carreira da nossa instituição. Na ocasião, a professora Patrícia Castro, até então todos os reitores pró-tempores, que foram indicados naquela casa, eram externos a nossa instituição, desconhecendo a nossa realidade e a nossa carreira, implementando condições adversas de trabalho. Conseguimos avanço nesse sentido na greve de 2013, no acordo para que tivéssemos até o final de 2014 a implementação das eleições de reitor efetivo da nossa universidade. Infelizmente, isso não aconteceu e garantimos eleição do novo reitor que também fosse da Casa, reitor pró-tempore que está encaminhado o processo eleitoral. Esta semana foi publicado no diário oficial do Estado a criação da comissão eleitoral para que nós possamos ter eleições e que a comunidade possa escolher de fato e de direito aquele que vai representá-la. Para nós, isso representa ganho e conquista porque um professor da casa conhece a realidade, ele vivencia. Nós, na Universidade Estadual de Roraima, a vemos como a maior universidade do Brasil. Eu posso falar isso, e alguns podem não concordar, mas falamos em termos de territorialidade. O Estado de Roraima é coberto pela universidade. É a única universidade pública que está presente em todos os municípios do seu Estado. São 17 localidades, onde funcionam 23 cursos. A universidade é multicampi, que é caso único no Brasil. Temos uma universidade multicampi com professores multicampi, porque os professores da Universidade Estadual de Roraima, em função das condições que são postas, são obrigados a ministrar aulas concomitantemente em dois, três, quatro municípios com disciplinas diferentes. Temos a figura do professor mochileiro e, infelizmente, isso tem afastado do nosso quadro efetivo de docentes um número de profissionais que ganha pouco, apesar da equiparação, se comparados com outras

instituições e desdobram em pesquisas, ensino em extensão e têm que complementar a renda com outros quadros. A parte significativa do quadro administrativo e docente da Universidade Estadual de Roraima, hoje, se desdobra em 02, 03 vínculos funcionais.

É nesse sentido que compreendemos os avanços que estamos tendo nas discussões. Conclamamos os nobres Deputados que aprovelem o projeto que estamos encaminhando e discutindo internamente, que garante a dedicação exclusiva ao servidor da Casa, para que possamos fortalecer o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento regional que o Estado tanto almeja. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** – Obrigado. Convidamos para fazer uso da palavra o Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de saúde e Agentes de Combates às Endemias do Estado de Roraima, Senhor Flavinei Almeida Pereira.

O Senhor **Flavinei Almeida Pereira**, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de saúde e Agentes de Combates às Endemias do Estado de Roraima/SINDACSE/RR. – Bom-dia a todos, companheiros de movimento, agradeço, em nome do Deputado Xingú, a presença de todos os Deputados Estaduais. Apresento uma pequena análise de nosso sindicato, como ele surgiu aqui em nosso Estado. Ele surgiu, graças ao anseio da nossa categoria, agentes comunitários de saúde e agentes de combates às endemias, na tentativa de sensibilizar os gestores municipais das administrações municipais e estaduais, dada à importância desse trabalhador no Sistema Único de Saúde de nosso Estado. A gente era uma categoria totalmente desorganizada em nível de município, seja de capital ou interior, e houve a necessidade de criar esse sindicato para começar a discutir essas políticas públicas no Sistema Único de Saúde aqui em nosso Estado.

Então, o surgimento desse sindicato, em 2006, veio trazer um divisor de águas dentro das administrações públicas municipais. Buscamos e lutamos para que houvesse concurso público em todos os municípios do Estado. E, hoje, com exceção de Amajari, os outros 14 municípios, todos são ou agentes seletivados ou concursados, através da luta desse sindicato, para que possamos ter segurança funcional em seu vínculo para lutar pelos seus direitos.

Então, uma das maiores conquistas de nosso sindicato, hoje, foi à implantação dos seletivos públicos e do concurso público no nosso Estado. Isso, para a nossa categoria, representa muito, porque no próximo ano teremos eleições municipais. Sabemos que, independentemente do resultado das eleições do próximo ano, o agente comunitário de saúde e o agente de combate a endemias vai continuar no seu cargo porque ele lutou por um concurso público e hoje está efetivado em seus municípios.

Então, independentemente do resultado das eleições do próximo ano, esse agente vai continuar sendo agente comunitário de saúde. Aí, sim, a participação do Estado nessa construção de qualificação desse trabalhador é o que nós vamos cobrar desta Audiência Pública e cobrar do Deputado Jânio Xingú, que é o relator do orçamento deste ano, em contrapartida do Estado no financiamento da qualificação dos agentes comunitários de saúde e agente de combate às endemias nos municípios de Caroebe e Uiramutã.

O Ministério de Saúde tem uma política de valorização desse trabalhador, que é a qualificação continuada do ACS e ACE. O Ministério da Saúde, em 2004, financiou o primeiro módulo do curso técnico de agente comunitário de saúde a todos os municípios do país. Hoje, no Estado de Roraima, temos agentes com o primeiro módulo no curso técnico de agente de saúde, que concluíram em 2004, ou seja, praticamente 12 anos, e o Estado não deu continuidade na formação continuada do ACS e ACE. Hoje, temos agentes comunitários de saúde nos municípios que estão optando fazer o curso técnico de enfermagem, porque os gestores do Estado não assumem, em contrapartida dos municípios, para o financiamento do segundo e terceiro módulo de conclusão do curso técnico ACS e ACE.

Quando aos agentes de endemias, recentemente, o Ministério da Saúde enviou ao Governo do Estado quase dois milhões de reais para qualificação continuada dos agentes de combate às endemias, onde o Estado tem que assumir a responsabilidade, através da Escola Técnica do SUS, em qualificar esses agentes de combate às endemias para que os municípios possam ter pessoas capacitadas tecnicamente para exercer suas atividades. Isso não quer dizer, que nós estamos despreparados para o cargo. Estamos preparados sim para o cargo, mas queremos que o Estado assumira essa qualificação. E o Secretário de Administração, aqui presente, sensibilize a atual gestão, através da Escola Técnica do SUS, financie a conclusão da qualificação do ACS e ACE para nosso Estado. Recentemente, os municípios estão passando por uma dificuldade tremenda no financiamento do SUS, porque o Estado se omite em financiar os municípios na tensão básica dos agentes comunitários e agentes ao combate a endemias.

Em 2009, o Governo do Estado assumiu o compromisso de financiar, através de uma SIBE, uma resolução da Comissão Intergestora

Biparte, que ia financiar os ACS e ACE no valor de duzentos reais, isto é, há mais de cinco anos lutando para o Estado assumir esse compromisso com o financiamento da tensão básica no município. Esperamos que esta audiência possa destravar esse mecanismo para que possa qualificar e valorizar o agente comunitário de saúde e o agente de combate a endemias. Muito obrigado e boa audiência a todos os trabalhadores.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Quero registrar a presença dos funcionários do IPER. Informo que o projeto de vocês está concluído para ir ao Plenário. Certamente, na semana que vem o Presidente Jalser Renier vai colocar no Plenário e os Deputados vão aprovar.

Passo a palavra agora ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do DETRAN, Emerson Barden.

O Senhor **Emerson Barden**, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN/SINDETRAN/RR. - Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer ao Excelentíssimo Senhor Presidente, desta Casa, Deputado Jalser Renier, por permitir abertura aos nossos companheiros sindicalistas que representam esses servidores públicos do nosso Estado de Roraima. Agradeço também ao Deputado Jânio Xingú por nos dar oportunidade de nos pronunciar, expor os anseios dos servidores que representamos. Cumprimento os demais Deputados e autoridades, em nome do Presidente da Casa Jalser Renier.

O Departamento Estadual de Trânsito, desde o primeiro concurso em 2004, quando assumimos, como servidores efetivos, a gente vem batalhando com o corpo de servidores para que possamos trazer às comunidades e a todo Estado o melhor trabalho, exemplo de serviço, onde o departamento é um órgão, cujos agentes enfrentam uma batalha, onde a gente perde muitos entes queridos em acidente de trânsito. Inclusive, hoje, quero relatar que estamos na semana de trânsito, muitos companheiros e colegas estão nesse exato momento trabalhando em campanha para melhoria do trânsito. O tema é: “seja você a mudança do trânsito?”. O Sindicato do DETRAN/ SINDETRAN vem atuando de forma conjunta com a direção do DETRAN, no intuito de melhorar o órgão, porque estando um órgão bom, o servidor está bem, e a gente trabalha em prol de dar a melhor ajuda aos nossos usuários.

O pleito do Sindicato do DETRAN vem, através da Emenda Constitucional 82, aprovada em 16 de julho de 2014, pleito que, na base nacional, Roraima foi um peso na mudança para reconhecer o órgão do DETRAN como área de segurança pública. Agora, estamos com o nosso Plano de Cargos e Salários elaborados na autarquia, para mandarmos para esta Casa. Vamos nos adequar à Constituição e colocar o DETRAN em área de segurança pública, valorizando mais o servidor, podendo trazer melhores condições de trabalho para combater os índices de acidentes de trânsito e trazer em prol de nossa sociedade uma segurança a mais.

O Departamento de trânsito junto com o Sindicato, trabalha para poder, o mais rápido possível, este ano trazer o nosso Projeto de Cargos e Salários para reestruturar o nosso plano, porque ingressaram servidores novos, e estamos nos adequando para oferecer um bom trabalho a todos nossos usuários.

Agradeço a esta Casa, a todos os companheiros, em nome do Deputado Xingú, ao Presidente Jalser Renier, por esta oportunidade, ouvindo nossas classes para, juntamente com vocês, fortalecer o nosso Estado de Roraima. Obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Obrigado. Passo a palavra ao Marcos Evangelista Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Roraima.

O Senhor **Marcos Evangelista**, Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado de Roraima. - Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar os presentes em nome de todos os sindicalistas que compõem esta Mesa e manifestar a importância de estarmos reunidos nesta manhã para fazermos este trabalho.

Quero cumprimentar os Parlamentares presentes, em nome do nosso amigo Deputado Evangelista Siqueira, que esteve conosco no dia 11 de setembro no primeiro encontro Estadual que esses profissionais promoveram no Estado, quando, entre outras atividades, discutiu a atuação desses profissionais no serviço público e a contribuição deles para o Estado de Roraima.

Quero cumprimentar também o nosso idealista, neste momento, Deputado Xingú, principalmente por uma situação que já está bem definida e encaminhada. Trata-se do projeto de indicação parlamentar que, tendo aprovação, e temos certeza disso, permitirá atuação mais independente, aguerrida e com resultados para nossas entidades, permitindo aos servidores que estão à frente de sindicatos, licenciar, sem perda de remuneração e, assim, fazer um bom trabalho.

Quero complementar, dizendo que sou servidor público estadual, através do concurso de 2005, técnico-agrícola há 11 anos no Estado, atuante na defesa da agropecuária, atuante na assistência técnica que representa

neste Estado mais de 800 profissionais técnico-agrícolas. Quem são esses profissionais? Técnicos agrícolas são profissionais com conhecimentos, atribuições e com todo know-how para atender seus objetivos, haja vista, que é de onde vem toda energia produzida e de onde vem a condição básica para a existência do ser humano.

Temos no serviço público mais de 250 profissionais. E onde estão esses profissionais? Esses profissionais estão na secretária de agricultura, na agência de defesa agropecuária, FEMAR, ITERAIMA e na CODESAIMA, ou seja, esses profissionais contribuem com as políticas públicas e no processo de desenvolvimento e construção do Estado também.

Atualmente, Presidente Francisco Saraiva, estamos, também, complementando a Lei 392. Existe um entendimento de um PCCR mais específico que a gente deveria estar compondo com outras categorias do PCCR na área tecnológica, mas existe um único sentimento, que é o de estar aqui juntos, lutando e garantindo no orçamento as progressões. E tão logo esse projeto chegue a Casa, a gente consiga atender o anseio de todos, que é o mais importante.

Gostaria, também, de aproveitar o momento para acrescentar o seguinte: nossa entidade tem trabalhado na garantia do exercício profissional. Nós tivemos em 2012, aprovação de uma lei que foi encaminhada pela Casa Civil, votada pelos parlamentares da época e, por incrível que pareça, teve sete artigos com vício de inconstitucionalidade, e estão em vigor. É uma Lei Estadual que trata da questão de agro-tóxico, Deputada Aurelina, que conhece nosso segmento. E uma defensora, por várias vezes esteve conosco nesta Casa, e deu esse apoio. Então, a gente pede e coloca aos Senhores a necessidade de alteração dessa lei, de uma atenção maior em outras propostas que estarão vindos.

Nós temos na assistência técnica, Deputada Aurelina, a senhora conhece, porque é médica veterinária, para nós da entidade é muito importante a discussão desse projeto, haja vista, que, na questão da assistência técnica estadual tem vários atores. Um dos atores é aquele que a vai levar tecnologia e vai desenvolver o trabalho no campo. Ela deve passar pela Comissão de Agricultura da Casa, mas a entidade coloca aqui mais uma vez esse sentimento com a necessidade de que isso seja discutida com profissionais. Nós defendemos, também, atuação e valorização desses profissionais. Hoje estamos dentro de um processo de defesa da agropecuária, importante para o desenvolvimento estadual, onde temos 84 profissionais, que têm o PCCR próprio e também deve sofrer alteração, mas nós estaremos aqui para defender.

Por fim, gostaríamos de dizer a todos os presentes, é um momento grandioso, momento importante. Eu diria, mesmo com a platéia pequena de parlamentares, parabênz os presentes, que a gente tenha algum encaminhamento e alguma definição, haja vista que o tempo não pode ser perdido. Meu muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Passo a palavra ao Presidente dos Sindicatos dos Radialistas Eduardo Figueiredo.

O Senhor **José Eduardo Figueiredo**, Presidente do Sindicato dos Radialistas Profissionais e dos Trabalhadores em Empresa de Rádio Fusão Televisão e Publicidade do Estado de Roraima/SINDRAP/RR.- Meu amigo Jalsler Renier, eu o cumprimento assim, porque é radialista também, meu amigo Izaias Maia, radialista, o Evangelista, que também é radialista, Odilon um abraço, Deputada Aurelina, Deputado Naldo, grandes parceiros Masamy e o Deputado Zé Galetto.

O Secretário de Administração, Frederico, a quem o senhor está ouvindo, aqui, são pessoas que representam toda classe trabalhadora deste Estado. Nós estamos demonstrando para vocês aqui, que fazem o Governo do Estado hoje, que nós estamos organizados. E nós temos pessoas nesta Casa que abraçaram a nossa causa. Quero saudar, em nome da sua equipe, Deputado Xingú, na qual estamos fazendo parte dessa conjuntura e organização como uma entidade sindical.

Eu represento, hoje, o Sindicato dos Radialistas do Estado de Roraima, temos 26 anos de sindicato, desde 22 de março de 1989. Eu estou como Presidente, há 10 anos. Fui reeleito para o terceiro mandato no dia do radialista 21 de setembro. Quero saudar o companheiro D Barros, aqui presente, Diretor desta entidade sindical.

Senhor Secretário, o que o Senhor está ouvindo, aqui são relatos das necessidades de cada um representante dessas entidades. Quero lançar um desafio, que o senhor leve esse conselho e essa preocupação minha, do Deputado Xingú, Deputado Jalsler e demais presidentes de sindicatos, professor Ornildo, grande lutador e guerreiro, acompanho sua luta há muito tempo, acompanho sua luta desde do início para que vocês recebessem essas entidades para sentarmos e discutirmos funções, por funções e problemas que cada um tem nos seus sindicatos. Eu represento, aqui, o meu Sindicato, hoje nós temos problemas junto à emissora do estado que hoje virou cabide de emprego. É uma emissora fantasma no meio de comunicação do Brasil. A Radio Roraima não é uma instituição ligada ao Ministério das

Comunicações. Falo isso porque tenho conhecimento. Há uma preocupação, Deputado Jalsler Renier, e você, como radialista do Estado, legalizar a situação Rádio Roraima, e o Sindicato está encaminhado, através do companheiro George Melo. Deputado, meu partido PSDC, está preparando esse dossiê, encaminhei um ofício ao Ministério das Comunicações, está vindo um relatório da entidade Rádio Roraima, a legalidade de um concurso público urgente. Tem um processo do Ministério Público contra a Rádio Roraima, em andamento. Nós queremos esse respeito, dignidade e honestidade daquelas pessoas que prestam serviços na Rádio Roraima, uma empresa que nós chamamos no meio radiofônico, de vozozinha, porque quem passou lá é uma faculdade. Eu como representante da categoria, peço que o Senhor diga para Governadora ter respeito com essa emissora, dignidade com os profissionais que trabalham lá dentro.

Deputado Xingú, agradeço sua preocupação com nossa categoria. Eu disse neste Plenário que faltava um Deputado para abraçar as causas trabalhistas deste Estado, é o companheiro Deputado Xingú. Eu acertei, companheiro Jalsler, pela sua postura frente à Casa do Povo, com dignidade, respeito, que temos, como profissional de Rádio, assim como vocês Deputados escutam os anseios da população, a gente ouve no rádio e também, o Deputado Izaias Maia. Deputado Jalsler, vamos ter o concurso da Rádio e TV Assembleia.

Quero agradecer pelo seu esforço, Deputado Xingú, pela dedicação, você tomou as dores desses Sindicatos, e nós vamos pôr isso em prática. Quero agradecer a todos os presentes. Obrigado. E a luta continua, companheiros.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Obrigado! Quero destacar que temos 07 Deputados que estão participando do Parlamento Amazônico no Amapá: Lenir Rodrigues, Coronel Chagas, Oleno Matos, Brito Bezerra, Marcelo Cabral, por esse motivo não estão presentes. O Parlamento Amazônico é um fórum que discute as questões da região amazônica, inclusive, já ocorreu um encontro em Roraima, foi presidido pelo Deputado Jalsler Renier, vários Deputados de outros Estados participaram, e agora o Deputado Jalsler Renier está retribuindo, enviou vários Deputados do nosso Estado para representar Roraima no Estado do Amapá.

O Senhor **Moisés dos Santos**, Presidente do Sindicato dos sócios orientadores. - Parabênz e cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Jalsler Renier, a iniciativa do Deputado Xingú, a oportunidade de falar um pouco sobre as nossas atividades no Centro Sócio-educativo. Hoje nós estamos pedindo socorro no Centro Sócio-educativo, temos a internação de quase 60 adolescentes, com o mínimo possível de profissionais, ou seja, 5 orientadores, dos quais 2 são mulheres. Precisamos com urgência de um concurso público, precisamos, no mínimo, de 250 funcionários para poder completar a carga horária necessária para desenvolvermos um bom serviço naquela instituição. O nosso trabalho, desde 2004, quando foi feito o primeiro concurso público, nós recebíamos, na época, 2.75 de salário mínimo, e hoje nós não recebemos 2. As dificuldades são grandes, algumas das gratificações que nos foram prometidas em governos anteriores não foram contempladas, gratificação que cobre risco de vida, que hoje a as Polícias Civil, Militar e Corpo de bombeiro recebem em 40%, enquanto nós só recebemos 25%. É uma discriminação! Nossa clientela de trabalho são os adolescentes infratores, que representam o nosso emprego. Também estamos insatisfeitos com as nossas condições de trabalho. É muito importante que as pessoas presentes, que só vem nas manchetes de jornais que houve problemas no Centro Sócio-educativo, mas não sabem como está a situação lá. Diante disso, peço ao Secretário que reveja as nossas gratificações para que seja regularizada e paga; também o nosso PCCR, que fomos incluídos em 2004. Agora chegou a nossa vez, é hora de nos escutarem. Bom dia!

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Convido o Senhor Tompson Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público.

O Senhor **Tompson Ribeiro**, Presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público. – Quero cumprimentar o Senhor Presidente Jânio Xingú, a quem parabênz pela iniciativa deste encontro que reúne todas as categorias de servidores públicos do Estado. Também cumprimento o Secretário de Estado Frederico Linhares, demais autoridades presentes, bem como todos servidores e trabalhadores do Estado de Roraima. Cabe esclarecer que os servidores do Ministério Público têm uma lei própria, mas depende da lei 053/91 em muitos aspectos. Viemos, aqui, engrossar o coro, quanto aos direitos que os servidores públicos têm, inclusive, todos os trabalhadores têm o direito ao aumento salarial anual de, no mínimo, valor do índice de infração, por isso que estamos aqui. Inclusive já é uma indicação do Deputado Jânio Xingú para a Lei 085/15, para que os representantes de classes, sindicato ou associação possa representar a classe e ficar afastado para poder exercer o seu mandato classista. Nós precisamos que todas as entidades de classes tenham esse direito. Estamos aqui para parabênz o Deputado por essa indicação para que seja aprovada. Que a

nossa Governadora possa nos conceder esse direito. Agradeço a todos!

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Só para lembrar a Vossa Senhoria, eu tive uma conversa na sala vip com o Secretário Frederico sobre uma indicação de minha autoria, que todos os presidentes de Sindicatos haverão de se afastar de suas funções com remuneração para cuidar da sua entidade enquanto for Presidente, e ele me disse que entende como justo e vai levar a questão até a Governadora, e que será atendido.

Convido o Senhor **Jonatas Apolino**, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Tribunal de Justiça do Poder Judiciário.

O Senhor Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Tribunal de Justiça do Poder Judiciário, Senhor **Jonatas Apolino**, – Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade ao Deputado **Jalser**, e agradecer a todos, em especial, ao Deputado **Jânio Xingú** pela oportunidade de estar realizando esta Audiência Pública, aberta a todos os servidores do nosso Estado. Eu estou como servidor jurídico, o Presidente **Jorge** não pôde vir por motivo de doença, e estou aqui representando o Sindicato do Poder Judiciário. Quero agradecer também ao Secretário **Frederico Linhares**, que foi o nosso colega de trabalho, e hoje é o nosso Secretário, é uma satisfação estar aqui e reivindicar o que o nosso colega do Ministério Público falou a respeito da licença do servidor dirigente sindical. Isso é interessante para todos. Por exemplo, eu estou aqui, mas estou preocupado com o meu serviço lá no tribunal. Muitas vezes para ser um bom sindicalista tem que ser um bom servidor, porque quem paga os nossos salários é a população. Então nós temos que reivindicar os nossos direitos, mas não podemos esquecer que, quem paga os nossos salários é a população, e para isso temos que atendê-la bem.

As nossas reivindicações são: orçamento próprio, que seja repassado pela Governadora, pois, muitas vezes, há uma quebra do duodécimo, causando atrasos no pagamento de nossos salários, apesar de sermos poderes independentes, deve haver harmonia. Também, que haja repasse integral, sendo integral o nosso salário e pago em dia. Outra coisa, que seja respeitada a acessibilidade aos servidores públicos, nós temos muitos servidores deficientes físicos e cadeirantes, não podemos esquecer desses servidores, para isso reivindicamos acessibilidades nos prédios e condições de trabalho para esses servidores. Então, estamos lutando por esses servidores, para eles, tem também a adicional de qualificação; licença prêmio, se não me engano, que seja incorporado na lei 053; o adicional de 1%, porque foi colocado e retirado depois. A desculpa, na época, era que o Governo Federal tinha tirado, só que o Governo Federal voltou com 1%, Senhor Secretário, por favor! Lembre dessa pauta, tanto do adicional de 1% como o adicional de qualificação, porque têm muitos servidores. Como somos um Estado, onde muitos servidores estão estudando, temos que valorizar esses servidores, é algo muito importante, servidores bem pagos são bons servidores, atendem bem a população. E como nós já temos auxílio-alimentação, quero reivindicar que ele seja estendido aos nossos colegas. Quero reforçar esses pedidos, são interessantes, porque não basta só o MP, o TJ, que mesmo sendo independentes, tem que ter harmonia entre os 3 poderes. Que não beneficie só alguns órgãos, que se estenda a todos, pois com certeza a Governadora é sensível a essas causas e atenderá. Quero agradecer o apoio de todos, e dizer que os servidores do Tribunal de Justiça vestem a camisa de vocês também.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** - Convido o Senhor **Melquisedequis**, Presidente do Sindicato dos Servidores da saúde.

O Senhor Presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde, **Melquisedequis**. – Bom-dia a todos. Esta é a Casa do Povo, e por ser a Casa do Povo quero agradecer a oportunidade dada às categorias sindicais. Estou aqui com o intuito de buscar melhorias, servidor assistido é sucesso garantido. A nossa pauta, via Sindicato de Enfermeiros, que todas as categorias almejam, só que nós pedimos uma liberação para o mandato classista sindical, que os colegas já pontuaram. Dentre elas, o auxílio-alimentação, o cumprimento da Lei 948/14, pois a saúde tem uma lei específica, é necessário efetivar essa lei; pagamento das progressões funcionais com base na anistia. Ou seja, muitos servidores estão sendo prejudicados a respeito das nossas avaliações funcionais, que não alcançaram notas. É falta muito mais e o servidor não pode ser prejudicado durante 11 anos, sem valorização e reconhecimento. Hoje estamos fazendo essa reivindicação pontual, mais uma vez. São 11 anos de serviço público prestado a este estado, trazendo desenvolvimento para este Estado. E como representantes da área da saúde, também nos associamos com os colegas das demais categorias, para reconhecer o direito que os trabalhadores estaduais têm quanto à progressão vertical, mas o nosso PCCR, não os contempla. Outra reivindicação são as nossas garantias, que o nosso plano, o PCCR, 948/2014 seja de fato efetivado.

Desde já agradeço a colaboração desta Casa, na pessoa do Deputado **Xingú**, do Presidente **Jalser Renier** e demais Deputados que, mais uma vez, o Estado de Roraima precisa estar consciente, é o Estado com 15

Municípios, cujo povo precisa ser valorizado e respeitado. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Eu não sei se o Secretário de Administração tem esses dados. Mas, Vossa Excelência tem noção em valores do que significa para o Estado o somatório dessas reivindicações, incluindo o auxílio-alimentação e os pedidos que estão sendo transformados em propostas, para que possamos discutir junto ao Governo do Estado. Vossa Excelência tem o valor global dessas categorias, tanto as que estão presentes quanto as que estão ausentes, mas que os benefícios sejam estendidos a todas. As progressões, pelo que eu internalizo, já estão encaminhadas, de maneira eficaz por parte da Secretaria Estadual de Administração, a pedido do Governo. Agora, não consta nas progressões o auxílio-alimentação. Ai eu pergunto a Vossa Excelência: tem o valor exato de quanto seria o impacto financeiro já que nós vamos discutir este ano? Diante das dificuldades que o País e o Estado passam, nós entendemos, mas temos as nossas emendas parlamentares, que são impositivas. Eu acho que cada Parlamentar, dentro do seu equilíbrio, dando prioridade para as suas bases e Municípios, a Assembleia poderia contribuir cedendo parte das suas emendas para a valorização dos servidores, através de seus auxílios. Eu gostaria de saber o montante?

O Senhor Secretário Estadual de Administração, Senhor **Frederico Linhares**. – Senhor Presidente, demais autoridades aqui presentes, respondendo a pergunta em relação às progressões e à implementação do novo PCCR do quadro geral, que seria o ponto principal deste debate. O impacto já está totalmente discutido, analisado e aprovado por todas as instâncias do Governo, tanto pela SEGAD quanto pela SEPLAN e pela Secretaria da Fazenda. Com relação ao auxílio-alimentação, o impacto financeiro extensivo e de maneira linear a todos os servidores, é na ordem de 10 milhões de reais ao mês, o que daria em torno de 120 milhões de reais por ano. Então, há de se colocar em discussão e verificar a possibilidade de a Assembleia, de alguma forma, organizar isso dentro do orçamento para que seja possível essa implementação, pois não é fácil em razão do alto valor, mas é possível a discussão, já que é um preito justo e digno a todos servidores.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** - Convido a Senhora **Silvia Linduina**, representante da CUT- Central Única dos Trabalhadores do Estado de Roraima.

A Senhora **Silvia Linduina**, Representante da Central Única dos Trabalhadores/CUT.- – Bom-dia a todos! Quero cumprimentar a Mesa dos trabalhos, na pessoa do Presidente **Jânio Xingú**, os demais Deputados e Deputadas presentes, na pessoa do Deputado Evangelista **Siqueira**, que é sensível à pauta dos trabalhadores e encaminhado algumas demandas dos trabalhadores nesta Casa. Cumprimento todos os sindicalistas aqui presentes. Temos trabalhadores da educação, da saúde, agente penitenciário, demais servidores públicos. Quero parabenizar a iniciativa do Deputado **Xingú**. A CUT defende o fortalecimento dos serviços públicos, tanto a CUT nacional quanto a de Roraima. A defesa e o fortalecimento do serviço público passam prioritariamente, pela valorização dos servidores. É impossível falar da melhoria da qualidade da saúde, educação, segurança, sem falar da valorização do trabalhador que presta esses serviços. Gostaria de dizer que esta é uma dívida antiga do Estado, já foi dito aqui, está documentado, que há mais de 10 anos, os servidores não fazem jus a progressões, há muitas distorções salariais. É preciso fazer correções! Vemos um reajuste dos salários dos servidores de quatro e meio por cento, que não repõe sequer as perdas inflacionárias, e é direito dos trabalhadores constitucionalmente ter garantida pelo menos, a reposição das perdas. Essa pauta é nacional da CUT, mas o plano de carreira é fundamental para a valorização do profissional, porque ele não só vai garantir a valorização do profissional por meio de reajustes dignos, mas também outras garantias, que foram colocadas aqui, vão ser garantidas em um Plano de Carreira. Então, a oportunidade de crescimento, incentivo à qualificação profissional, tudo isso é uma dívida do Estado.

Nas outras pautas, é importante destacar que o PCCR faz parte da pauta de todos os Sindicatos. Daí a importância. Gostaria de registrar aqui, que o Presidente da CUT, **Gilberto Rosas**, não está presente está em viagem, representando a CUT, seu retorno está previsto para hoje. Faço referência ao companheiro **Rogério Pantoja**, Diretor Executivo da CUT Nacional, presente neste momento. Esta pauta é muito mais de pertencimento dos sindicatos que representam os servidores, mas a CUT está nesta luta, quando ela fortalece, organiza também esses Sindicatos. E por tudo que foi falado aqui e ainda pelos que vão falar, é uma pauta urgente e necessária.

Eu quero encerrar, reportando-me ao que o Deputado **Jalser** falou sobre Roraima, que tem a menor arrecadação do país, mas dizer que há caminhos para fortalecer a economia do Estado, visando desenvolver o Estado de Roraima, mas para isso nós vamos ter que romper o desenvolvimento que historicamente tem sido implantado no Estado, e que

é alheio à classe trabalhadora, como, por exemplo, a exploração mineral. Temos que trazer à discussão a exploração do nióbio no Estado de Roraima, a exemplo de outros Estados que são produtores de petróleo, e tem os royalties do petróleo para trazer riqueza para o Estado; tem o ecoturismo e tantos outros modelos de desenvolvimentos, que podemos trazer para o Estado. Mas é importante falar de fortalecimento da economia que redunde em distribuição de riqueza para a sociedade, porque não só a CUT defende o desenvolvimento com geração de emprego e renda, mas com distribuição de riqueza e, especificamente, no que tange ao trabalho. É por meio dos nossos salários que a riqueza é distribuída, tendo salários dignos, justos. E é isso que está se pleiteando aqui. Não só isso, mas a oportunidade de crescimento na carreira. Então, a todos os trabalhadores e trabalhadoras vão aqui os meus parabéns por vocês estarem aqui. Quero dizer que o lema da CUT é “Juntos, nós somos fortes”. A classe trabalhadora, não só dos servidores públicos, mas até do setor privado nas demais categorias. Que nós possamos estar unidos em defesa do PCCS, não só desta pauta, mas de tantas outras. Meus parabéns ao Deputado Xingu e, principalmente, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui nesta luta. Muito obrigada!

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Para encerrar, nós vamos convidar agora o Presidente dos trabalhadores em Educação, Ornildo, cuja categoria já está há quase 40 dias em greve. Eu tenho certeza, Ornildo, que haverá uma aproximação entre o Governo e essa classe para que vocês possam encontrar um entendimento, de forma que os alunos, pais de alunos e a sociedade em geral possam sentir mais tranquilidade.

O Senhor **Ornildo Roberto**, Presidente do SINTER. – Bom-dia, companheiros e companheiras, trabalhadores em educação. É um prazer, uma honra e uma satisfação estar aqui neste momento. Quero também cumprimentar os demais companheiros, trabalhadores de outros segmentos. Cumprimento também o Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, Deputado Jalsner Renier, o Excelentíssimo Deputado Jânio Xingú, autor deste momento impar para todos nós. Quero também cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Evangelista Siqueira que, em seu nome, cumprimento os demais Parlamentares e autoridades aqui presentes, como o Senhor Frederico Linhares, Secretário de Administração.

Quero louvar a ideia do Deputado Jânio Xingu de ter solicitado a esta Casa a abertura para um momento impar, como este, para discutir a necessidade dos trabalhadores em relação aos seus PCCR e a sua valorização.

Companheiros, estamos hoje nesta Casa para darmos início a um ato que, de fato, já deveria ter acontecido há muito tempo. Mas nunca é tarde para revermos as necessidades da classe trabalhadora e, em especial da educação. Não desmerecendo os demais trabalhadores, que são tão importantes como os educadores.

Companheiros trabalhadores, vemos a urgente necessidade de nos unirmos em busca e defesa de nossos direitos, pois se nós não nos unirmos, quem vai nos defender? Vemos a necessidade de termos um plano de carreira que seja voltado para maior valorização do profissional, para que este possa, de fato e de direito, se sentir prestigiado e valorizado dentro de sua profissão. Temos que ter um plano que atenda as necessidades mínimas dos trabalhadores. Um plano que lhes possa dar condições dignas de vida, não só para ele, mas também com a sua família. Mas o que vemos é uma situação esdrúxula que ora acontece, imposta aos trabalhadores, de um modo geral, pois estes nunca têm, sequer, seus direitos respeitados pelos poderes, seja ele municipal, estadual ou federal.

Companheiros, desejo de todo coração que esta audiência não fique restrito a este ato marcado com tanta pompa para os trabalhadores. Espero que este ato se traduza no que for de melhor para os trabalhadores, de modo geral, de nosso Estado. Este parlamento tem que ter a responsabilidade para com os trabalhadores, pois ele é responsável para dar uma resposta digna e satisfatória a todos os trabalhadores da nossa sociedade. Este parlamento tem que fazer o seu verdadeiro papel, que é o de representar e defender a sociedade, pela qual foi escolhido, por isso tem que dar uma resposta urgente às necessidades destes trabalhadores.

Portanto, Senhores, a missão não é fácil, mas tem que ser encarada de frente pelos senhores. Que a sociedade volte a acreditar no parlamento e dê um voto de confiança aos senhores. O que vemos hoje é a sociedade não mais acreditando tanto no parlamento em virtude de tantas promessas feitas e não cumpridas em prol de nossa sociedade.

Companheiros, nós que fazemos parte da educação não temos muito o que comemorar, pois vemos a cada dia a falta de compromisso das autoridades para com a educação. Hoje nós estamos a 45 dias em greve. Uma greve que nós não pedimos para fazê-la, mas fomos obrigados. Por que fomos obrigados? Fomos obrigados porque no início do ano, em março, fizemos uma greve de 16 dias e demos um voto de confiança ao Governo do Estado, que não cumpriu aquilo que acordou com a categoria. Ou seja, hoje a categoria está em greve simplesmente por culpa do Governo, pois se ele

tivesse cumprido com aquilo que acordou conosco, hoje nós não estaríamos em Praça Pública, esperando sermos atendidos. Na verdade, o Governo não fez o seu papel.

Temos a educação como sendo a mola propulsora de todo e qualquer desenvolvimento de uma sociedade, mas vemos que os Governos fazem vistas grossas para essa nobre profissão, deixando-a ao relento, ao segundo ou ao terceiro plano, enquanto dizem que a educação tem que vir em primeiro plano. Quando se diz que em educação não se improvisa, em educação se investe. O que nós vemos em nosso Estado não é investimento em educação, pois as escolas estão caindo. O que vemos em nosso Estado é improvisações na educação que, portanto, não reflete a realidade de uma educação digna para a nossa sociedade.

Vejam vocês, nós trabalhadores em educação, embora tenhamos uma lei, a chamada 892, mas até hoje lutamos para que o Governo reconheça e enquadre os profissionais de educação na mesma Lei que foi votada nesta Casa e sancionada pelo Governo em janeiro de 2013. Mas, até hoje, sequer, essa lei reconhece os direitos da classe trabalhadora. Isso, na verdade, é uma falta de respeito dos governantes, não só destes que aqui se encontram, mas dos que passaram aqui, porque não tiveram compromisso com os trabalhadores em educação. Hoje existe uma lei, mas o Governo não a cumpre. Queremos que os Senhores encontrem meios para que o Governo cumpra a lei e atenda urgentemente as necessidades da classe trabalhadora.

Senhores e Senhoras presentes, quero dizer que simplesmente reconhecer o direito da classe trabalhadora de modo geral, não só da educação, é realmente lhe dar condições dignas de vida. É dizer que o Estado tem que ter isonomia entre todos os poderes. Por que é que uns têm direito a vale-alimentação e outro não têm? Por que umas categorias são consideradas melhores do que outras? Nós somos todos iguais. Portanto, defendemos o direito para que todos os trabalhadores tenham direito ao vale-alimentação. O auxílio-creche também para as mães e os pais que têm filhos pequenos e, às vezes, não têm com quem deixar. O Governo tem que investir! Ele deve na verdade, pagar as progressões dos trabalhadores em educação. Nós estamos desde 2008 com progressões atrasadas, e o Governo não paga. O Governo alega que nós não cobramos em Governos passados, que deixamos para cobrar tudo agora. Ora, já fizemos isso em outro momento. Já fizemos isso em 2008, quando resgatamos 14 anos de progressões atrasadas. O papel da governadora é simplesmente responder pela cadeira a qual ocupa, independente de quem deixar contas a serem pagas. Já que, na verdade, se prontificou a assumir o cargo que seja responsável também por todos os deveres que o Governo tem com a sociedade.

Queremos dizer também que não só o pagamento das progressões horizontais e verticais, defendemos também aqui a incorporação da GID ao nosso salário. Vemos a GID hoje como uma ameaça à classe trabalhadora. Quando o professor sai da sala de aula para se qualificar, fazer mestrado ou doutorado, ele é penalizado.

Então, Senhores Parlamentares, seria o momento em que esses professores deviam ser muito mais valorizados porque estão se qualificando para atender cada vez melhor a nossa sociedade. O professor, quando sai para fazer mestrado ou doutorado, é penalizado com o corte da GID. Na verdade, o Governo tem que repensar isso e os Senhores também. A GID deveria também ser dada ao trabalhador pela sua graduação. Deveria sim ser dada, como, por exemplo, o magistério, de um modo geral, mas se o companheiro for graduado, ganhar 50% de sua graduação, se for mestre 50% e se for doutor, também. Ai, sim, isso seria valorizar o professor, o trabalhador em educação.

Vemos, Senhores, que este parlamento tem mea-culpa nesse processo, pois se cala diante de tantas injustiças que o Governo comete com os trabalhadores. Esse parlamento é responsável por essa situação que nós vemos.

Saibam, Senhores, que por nossas mãos passam advogados, engenheiros, enfermeiros, médicos e até Parlamentares. Só não passam pelas nossas mãos dinheiro nem valorização. Então, Senhores, a educação tem que ser valorizada. A educação tem que ser o norte de toda e qualquer sociedade. Se nós não tivermos uma educação digna e justa não teremos uma sociedade eficaz e desenvolvida, que represente à altura do que ela merece.

Portanto, chamo a responsabilidade dos Senhores e espero desta Casa, dos meus ex-alunos Jalsner Renier, Masamy Eda, Valdenir, que saiu agora há pouco, que façam valer com que a educação seja preponderante e seja valorizada em nosso Estado. Para a gente mudar a realidade deste Estado nós temos que investir em educação, pois sem educação nós não vamos a lugar nenhum.

Quero dizer também que temos que buscar uma maior valorização para os nossos técnicos educacionais, copeiras, vigias, merendeiras, zeladoras, enfim, esses companheiros que, na verdade, já foram

reconhecidos pela lei 120/14. Hoje eles são educadores da educação. E sem esses companheiros em uma escola não seria possível desenvolvermos as nossas atividades de forma eficiente. Esses companheiros estão lutando hoje pelo seu PCCR. Espero que, na verdade, aprovelem esse PCCR desses companheiros, pois entendemos que eles merecem ser valorizados.

Quero dizer aos companheiros que, mais uma vez, estamos aqui nesta Casa, neste momento, solicitando deste parlamento que intervenha junto ao Governo para que nós possamos resolver o problema da educação, que é urgente. Nós não podemos ficar à mercê de uma situação que prejudique neste momento, o trabalhador em educação, o aluno e a sociedade, de um modo geral. Queremos que este parlamento intervenha, neste momento, para que possamos sair desta situação. Enfim, quero dizer a todos vocês que este momento fique na memória dos Senhores e que, em outro momento, possamos estar aqui novamente para dar sequência a essa luta, e tenhamos a certeza e a compreensão de que sem educação nós não vamos a lugar nenhum. Obrigado e um bom-dia a todos!

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Com a palavra o Presidente da Assembleia, Deputado Jalsler Renier.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** – Desculpem mais uma vez interromper a Sessão, mas eu gostaria de me reportar ao meu bondoso e carismático professor Ornildo, quando ele citou que a Assembleia Legislativa tem sido omissa diante dessas circunstâncias. Eu até posso comungar com o seu pensamento, porque já estou aqui há 20 anos e nunca tinha tido oportunidade de dirigir o comando geral desta Casa.

Pela primeira vez na história do Estado, eu posso dizer ao Senhor que na história até da região norte do Brasil porque não há nenhuma Assembleia no Brasil antagônica aos interesses do Governo. Não existe, todas apóiam o Governo! E eu não digo que isso é mérito ou demérito. Mas, pela primeira vez, eu quero dizer a Vossa Excelência que eu fui eleito não pelo apoio do Governo. Nem pelo fato de eu ter sido eleito contra a vontade do Governo, eu tenho que ter a convicção plena que é na conversa que nós encontramos o caminho. Agora, a Assembleia não está omissa. O Senhor, por exemplo, me entregou um documento solicitando a abertura de uma CPI para que a gente investigue a questão do FUNDEB. Eu li o seu requerimento aqui em plenário e me prontifiquei em atender a comissão de todos os professores ou qualquer operador de sindicato para que nós pudéssemos convergir ao objetivo comum e encontrar uma solução pacífica, de modo que o Governo possa enfrentar a solução do problema. Também seria radical de minha parte, e aí eu poderia fazer um discurso jogando para a plateia com absoluta irresponsabilidade na minha fala de dizer que o Governo não faz porque não quer. Não é assim! Eu acho que o Governo tem as suas dificuldades, mas ele pode fazer sua parte. O Governo precisa contingenciar. O Governo precisa dar o exemplo de que a crise também chegou ao Governo. E essa crise precisa ser enfrentada tirando do quadro de pagamento do Governo instituições que nada levam a lugar nenhum, como CODESAIMA, UNIVIRR, que é simplesmente um programa para levar a universidade aos cidadãos que não têm acesso ao vestibular, que a Universidade Estadual pode fazer na sala de aula para alunos que não têm condições. O Estado faz uma composição com as faculdades particulares e paga professores com os mesmos cursos para que os alunos possam estudar na UERR. A UERR tinha 4 mil e poucos alunos, hoje, eu acredito, que ela tenha três mil. Mas parte desses alunos tem bolsa. O Governo oferece uma bolsa para que os alunos estudem nas faculdades particulares, cria uma faculdade para colocar outros alunos para estudarem nos mesmos cursos que o Estado está pagando. Ou seja, são, no mínimo, 65 milhões de reais a menos que o Estado poderia fazer. Ele poderia pegar os alunos que estão na Universidade Estadual e colocar na faculdade particular, fortalecer o comércio local e transformar a Universidade Estadual num centro de capacitação para melhorar e qualificar o professor. Isso são situações que encontram divergências quando se fala. Mas nós queremos que a Universidade Estadual, ao invés de competir com a iniciativa privada, possa, por exemplo, investir num curso de medicina, que é um curso caro, que poucos governos podem manter. Um curso que valoriza a capacitação profissional do cidadão e dê ao professor mais dignidade para ele poder trabalhar dentro de seu setor de trabalho.

Agora, não é a Assembleia Legislativa investigando, puxando a corda, fazendo uma queda de braço que nós vamos convergir. Eu já me coloquei à disposição do SINTER, já falei com algumas pessoas para a gente tentar buscar a convergência, o que é melhor. Uma coisa eu posso dizer ao Senhor, não há condição nenhuma e aí eu posso dizer sem nenhuma isenção, porque eu não faço parte do grupo do governo. Não tenho cargo nem ninguém ligado ao Governo. Quero dizer ao senhor que estou muito à vontade em falar isso. Se o senhor me perguntar: Agora você não tem, mas antes tinha e por que não fez? Porque antes eu não era o Presidente da Assembleia.

Então, quero dizer ao Senhor que a minha intenção e dos demais

Deputados Estaduais é buscar a convergência, mas essa convergência só vai ser aferida no diálogo, na boa intenção. Não na guerra, no pontapé, não no chute. Não é assim. Eu acho que a GID é um direito do professor, se o professor tinha antes, por que ele não pode ter hoje?

Mas como a gente pode fazer isso? Numa conversa e colocando números. Temos que trabalhar com números. Existe uma solicitação dos professores em educação. Isso é custo para o governo, quanto? De que maneira o governo pode pagar? Onde está a solução? Governadora, contingencie, feche algumas secretarias, diminua um pouco as fundações, demita algumas pessoas que não têm fundamento nenhum, que estão recebendo e não estão trabalhando. Pegue essas pessoas e dê dignidade aos professores. É isso. O senhor está entendendo? Não estou com demagogia, o senhor sabe que jamais vamos encontrar o consenso em nada. Muitas pessoas não vão gostar do que eu digo. Mas se conseguirmos fazer a nossa parte e avançar nem que seja um passo ou meio passo, esse encontro já valeu a pena.

Então, acho que é esse o objetivo principal deste encontro. Agradeço sua fala. Acho que o senhor, os professores têm razão, mas acho que temos que ter primeiro um diálogo, até exauri-lo. Aí sim vamos partir para outro contraponto que não seja o melhor contraponto da democracia, mas vamos enfrentar o problema.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Presidente Jalsler, é que o Francisco quer fazer a entrega simbólica do PCCR ao Senhor, que virá para esta Casa na semana que vem.

O Senhor **Francisco de Assis Pereira Figueira**, representante do Sindicato dos Trabalhadores Civis Efetivados do Poder Executivo do estado de Roraima/SINTRAIMA/RR. – Queremos aqui entregar todo trabalho que foi feito no nosso PCCR. Então, está aqui, Deputado Jalsler Renier, Presidente desta Casa. O PCCR com todos os impactos financeiros e todas as câmaras temáticas que tinham que passar e foram passadas. Um trabalho a quatro mãos. Agora, os servidores vão aguardar a aprovação de Vossa Excelência e dos demais Deputados aqui presentes e dos que não estão presentes. Que a aprovação desse plano seja por unanimidade.

Quero agradecer, Deputado Xingú, por esta Audiência Pública, porque sem ela este ato não teria acontecido. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Agora vamos abrir espaço para que os Deputados possam falar e depois vamos ouvir o Senhor Secretário, Doutor Frederico, que vai finalizar dizendo o que pode acontecer com o PCCR de todas as categorias.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Presidente Xingú, Professores e todas as classes aqui representadas, ouvimos palavras muito bonitas de todos que falaram. Agradeço a presença do Secretário, com todo respeito, mas se tivesse a presença da Governadora seria muito melhor, mas o senhor está representando muito bem.

10 anos se passaram, e os trabalhadores só sofrendo. Duas coisas eu peço aqui. Primeiro: Que todos os parlamentares presentes apóiem os trabalhadores que sofrem há 10 anos e estão exigindo seus direitos. Segundo: apesar de tudo, está muito bonito, que não fique só no papel, meu querido Presidente Xingú, porque no papel já está há 10 anos e ninguém toma providências. Quero dizer que estou ao seu lado, se for para o bem do povo, principalmente, do trabalhador, eu assino de olhos fechados. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Presidente Xingú, primeiro parabênzinhos Vossa Excelência pela Audiência. Fico muito feliz quando a pauta dos trabalhadores é, sobretudo, um tema tão importante. Quanto o PCCR vem para foco, traz a discussão para todos os Deputados, porque afinal de contas o Plano de Cargos e Carreira dos servidores é a vida de cada um. É por onde nós vamos ter dignidade.

Estamos a um bom tempo em conversa com o SINTRAIMA, já sentei com o Francisco. Na última semana sentei com o Antônio que também está aqui, com o Francinei para discutirmos o PCCR. Inclusive, está na nossa pauta também para apresentar nesta Casa, junto à comissão e aos demais um indicativo da categoria de que trata o parágrafo único das progressões no PCCR. O parágrafo único do artigo 26, que trata das progressões, quando na verdade o artigo 3 dá um benefício, já o parágrafo retroage tudo isso. Então, estamos atentos quanto à discussão com os pares, atendendo o pedido de vocês.

Dizer que o auxílio-alimentação, que tanto foi falado aqui, é maravilhoso, é excelente para o trabalhador. A gente sempre costuma dizer com respeito às categorias que já têm, mas a isonomia deve ser para todos. Todos têm o direito de ter. Não estamos aqui de forma nenhuma tirando o direito de quem já tem. Nós só queremos que os demais tenham os mesmos direitos. Só isso. Foi uma luta nossa aqui no Plano Estadual de Educação, foi aprovada emenda de minha autoria que, no Plano Estadual de Educação dos trabalhadores em educação deste Estado, já está contemplado o auxílio-alimentação. Agora vamos lutar junto ao orçamento do Estado para que isso

venha acontecer de verdade.

Então, o primeiro passo nós demos, garantimos nas 11 emendas que apresentamos ao Plano Estadual de Educação, foi aprovado e sancionado pela Governadora. Garantimos o auxílio-alimentação para os trabalhadores em educação. Agora vamos lutar no orçamento para que ele vire realidade.

Nós apoiamos essa causa. Já estou comprometido com ela e sei que os demais pares são sensíveis. Vamos trabalhar junto aos Deputados da base do governo para que todos convirjam nesse sentido e que a governadora sancione o plano da forma que foi aprovado.

Desde ontem estamos trabalhando para que ocorra um novo encontro do comando de greve com a Governadora. Porque chega! Temos que acabar com a greve! E ela só vai acabar, se houve um consenso e um diálogo no avanço das negociações. E nós sabemos que a principal é o Plano de Carreira, também a 892. E desde ontem estamos trabalhando para um novo encontro da categoria com a governadora, e tenho certeza que vai ser produtivo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Com a palavra o Senhor Deputado Naldo da Loteria, Primeiro-Secretário deste Poder e, em seguida, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, quero parabenizar o Deputado Xingú pela iniciativa. Este Estado precisa fazer justiça com os servidores. O Estado precisa diminuir a terceirização, que não é nada mais do que o atravessador do emprego, onde as pessoas são massacradas, passam três, quatro meses sem receber seus salários, tendo que trabalhar para que o governo possa mandar esse plano para a Assembleia e esta Casa possa melhorar junto com os representantes para que seja feito justiça. O Estado não precisa de tantos servidores, mas precisa de servidores bem pagos. Essa história do Estado viver da economia do contracheque, cada vez mais o Estado empobrece. Então, o Estado precisa viver de políticas que incentivem o servidor público, iniciativa privada para que haja transformação deste Estado em um estado produtor.

Pode contar com o meu apoio, o que eu puder fazer para melhorar e pressionar o governo para que possa mandar o mais rápido possível para esta Casa. Muito obrigado.

A Senhora Deputado **Aurelina Medeiros** – Boa-tarde a todos, Deputado Xingú, que preside a Mesa, Senhor Secretário de Administração, todos os representantes de servidores públicos presentes.

Já vou fazer 20 anos aqui na Assembleia, nunca vi, Ornildo, um Deputado votar contra a reivindicação de ninguém. Uns fazem palanque, outros se dizem pai, outras se dizem mãe, tenho plena consciência de que a maioria das coisas, às vezes, angustiam quando os servidores fazem reivindicação e a gente sabe que não temos autonomia para criar salário, dar aumento, criar plano de cargo. Quando eu cheguei hoje, perguntei: cadê o plano de cargos que iremos discutir? Não tinha o plano. Vamos discutir o quê? Mais uma vez, vamos ficar de frente com os representantes dos servidores, ouvi-los e depois vamos ter todo mundo nos cobrando. O Judiciário tem iniciativa de lei, ele quem define o seu reajuste, tem orçamento próprio, manda lei para cá pronta, e a lei dá a eles essa autonomia, e nós não podemos retirar. Não podemos dizer para o Judiciário: não é assim, é do nosso jeito. Do mesmo jeito é com o Executivo. Quando ouço dizerem que temos poder para fazer, eu fico pensando que é por isso que o pessoal vaia tanto a gente, gritam, dizem muitos palavrões. A gente quer resolver. Já fui relatora do orçamento algumas vezes, aliás, eu estava olhando a reivindicação dos servidores da educação com relação ao PIS/PASEP. E no ano passado esta Casa teve que retirar recursos do PIS/PASEP do orçamento para poder cobrir despesas de salário da saúde que não tinha no orçamento. Tivemos o orçamento do ano passado com 0% de correção. O orçamento da saúde de 286 milhões, 236 milhões era para pagar salário de comissionados e efetivos. E aí? A Sílvia disse uma coisa muito certa, tem que ter dinheiro para atender todo mundo, ela disse: nós temos o fortalecimento do serviço público, não tem serviço público bom sem servidores bem tratados. Ela está certa. Nós querendo atravessar o Linhão de Tucuruí para trazer energia para cá, mas a gente não consegue. Vamos para Brasília, para o STF, Congresso e Senado e também não se consegue. Imaginem, explorar mineração em área indígena. Não vamos conseguir nunca. E a Assembleia vai fazer o quê? Não sei porque não jogo muito para a platéia, mas ouvi assim: temos emendas parlamentares. Este ano é o primeiro ano de emendas impositivas. Emendas impositivas não podem ir para custeio, mas, mesmo assim, até hoje não teve como cumprir nenhuma emenda de nenhum Deputado. O Deputado Xingú sabe disso. Nós tivemos, no ano passado, que forjar, só podemos aumentar o orçamento em função do PCA e do PIB. O PIB está negativo, vamos aumentar, como? Nós apresentamos um projeto autorizativo, pela falta de iniciativa de lei que a gente não tem, para discutir o instituto. E a nossa ideia, já que não tenho autonomia para apresentar o projeto, é que a gente chame todos vocês para que possa ter um bom projeto, fazermos um

substitutivo junto com a categoria da área agrícola para encaminharmos, como autorizativo, para a governadora. Já estamos aguardando há bastante tempo essa discussão, como não ocorreu vamos fazê-lo como projeto autorizativo para abrir uma discussão. Às vezes, sou meio polêmica, mas, muitas vezes, foi por conta de atos impensados da Assembleia em aprovar determinadas coisas. E se foi sem pensar que a gente abriu um buraco dentro da isonomia salarial dos servidores. Nunca vi tantos planos de cargos na minha vida, cada categoria quer um plano de cargos e nós aprovamos e às vezes colocamos salários lá em cima e esquecemos que 70% dos servidores da Lei 392, estão desde 2004 e nunca tiveram uma progressão salarial na vida. O pessoal de nível médio da saúde, da educação, das instituições de iniciativa indireta nunca tiveram progressão funcional, ganham abaixo do salário mínimo. Economista, administrador de empresa, agrônomo, engenheiro, nunca tiveram progressão funcional, enquanto nós aprovamos plano de cargo aqui, onde um técnico de nível médio vai ganhar mais que um médico em final de carreira. Nós fizemos isso aqui de forma irresponsável. Por isso temos que ter cuidado, vem tudo para cá, corremos até com medo porque a gente não sabe o que fazer. O Orçamento ainda não chegou, não sabemos se tem reajuste, quanto é, não sabemos nada, mas, vou rezar, Deputado Xingú, e espero que o orçamento comporte todas as reivindicações. Vou votar favorável a todas elas, desde que possamos fazer um milagre, vou esperar que Deus opere este milagre, para ter dinheiro para a gente fazer isso. Quero ver qual é o santo que vai pegar o orçamento do Estado e vai triplicá-lo para que possamos aprovar. Esse é um sonho, é o que todos queremos. Eu concordo que todos busquem melhorias salariais. Quando o Ornildo diz que cada um aqui passou pelas mãos do professor, passou também pelas mãos do médico, que se não estiver lá morre, o filho do professor morre, o filho do Deputado morre, morre todo mundo. Cada categoria tem sua importância. O certo é que todos têm que ganhar bem, não tem ninguém aqui contra isso. Nunca vi em 20 anos ninguém votar contra.

Tem a questão da autonomia e a responsabilidade do Poder, porque se eu chegar aqui encontrar um orçamento de um milhão e eu aprovar uma despesa de três milhões, vamos fazer o quê, depois? Vamos ficar igual a Presidente Dilma? É esse parâmetro que queremos discutir com todo mundo. Não fugimos das discussões! A Assembleia não foge disso! Temos que buscar alternativa de crescimento e renda e isso não acontece da noite para o dia. Temos 70% dos servidores do Estado numa situação de penúria que nunca tiveram direito a nada e não é da noite para o dia que vai acontecer. Eu peço a Deus que aconteça e podem contar com o nosso apoio, considerando o que foi colocado aqui. Obrigada.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Obrigado, Deputado Aurelina. A última vez que estive com a Governadora, perguntei se ela iria mandar para esta Casa uma reforma administrativa, em resposta, disse que sim e até apontou algumas Secretarias de Estado que poderiam se extintas, como a Secretaria de Articulação Municipal, que leva nada a lugar nenhum. Se o governo entender que pode cortar alguns setores, como cargos comissionados, e a gente sabe que tem quatro mil, mas, só dois mil trabalham, o resto recebe sem trabalhar. Se o governo entender isso, talvez não consiga resolver tudo, mas, pelo menos amenizar muita coisa.

A Senhora Deputado **Aurelina Medeiros** – Vou citar um exemplo: Esses dias conversamos com as Assistentes Sociais do Estado, temos Assistentes Sociais da Lei 392 que ganham salário lá em baixo. Os Assistentes Sociais da saúde que fizeram concurso agora, prestam serviços na SETRABES com outro salário. Os da Lei 392 nunca tiveram uma progressão enquanto outros têm, são disparidades deste tipo que não poderiam existir. Esperamos que o plano contemple isso.

O Senhor Deputado **Odilon Filho** – Bom-dia a todos. Quero parabenizar o Deputado Xingú pela iniciativa, só assim, entendi como Vossa Excelência conseguiu pular de 1600 votos para quase 5000 votos, é porque Vossa Excelência abraça as causas certas e justas. Quero cumprimentar todos os Presidentes de Sindicatos, na pessoa do meu amigo particular Marinaldo, Presidente do Sindicato dos Rodoviários. Quero cumprimentar o Secretário Frederico Linhares, agradecendo a presença. Quero me associar à fala da Deputado Aurelina que tem vasta experiência nesta Casa, já foi relatora de orçamentos, conhece as dificuldades de se fazer esses ajustes. Esta responsabilidade está nas mãos do meu amigo Xingú que vai fazer com que esse milagre aconteça, para que possamos atender todas as reivindicações de todas as classes aqui representadas. Quero manifestar meu apoio para a aprovação deste plano, vamos discutir, e podem contar comigo.

Quero solicitar também que seja alterada a lei para que o servidor que estiver exercendo mandato eletivo na presidência de um Sindicato que passe a ter seus vencimentos integrais para se dedicar exclusivamente ao Sindicato, como já vem ocorrendo no município de Caracará, onde fui prefeito, o Presidente do Sindicato é liberado, tem seu vencimento integral

para se dedicar às causas dos servidores. Faça este pedido ao Secretário para que possamos fazer alteração na lei para que os Presidentes dos Sindicatos também tenham esse benefício.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** - O orçamento deverá chegar dia 30, e o Poder Legislativo tem até o dia 30 de dezembro para enviar ao governo do Estado. O papel do milagre, deixarei para o Presidente Jalser Renier fazer o papel de Jesus, e a Deputada Aurelina fará o papel de Maria.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não fale o nome desse homem, que é o mais sagrado que existe na terra, não vamos fazer isso se não dará tudo errado. A Secretaria Estadual de Educação tem 860 servidores de nível básico, 195 servidores de ensino médio e 165 servidores de nível superior, num total de mil e poucos servidores. Se o governo do Estado fosse pagar auxílio-alimentação para esses servidores no valor de 800 reais, seria um total mensal de 977 mil reais só para a Secretaria Estadual de Educação. Só que estamos falando aqui dos quase cinco mil servidores efetivos da Secretaria Estadual de Educação. Cinco mil servidores efetivos vezes 800 reais, que é o valor do auxílio-alimentação, dá três milhões e duzentos mil reais, que acoplados a mais um milhão e duzentos mil reais vai dar uma média de quarenta e sete milhões de reais por ano só para atender a educação, atenderia todos os professores, seria uma alegria total, todos ficariam felizes, a Assembleia seria a melhor do mundo, o governo seria o melhor do mundo porque iríamos conseguir alcançar o objetivo de 47 milhões de reais. A Assembleia tem hoje, através das suas emendas positivas, algo em torno de dois milhões e quatrocentos mil reais para cada Deputado. A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em relação à Secretaria Estadual de Educação poderia garantir o auxílio-alimentação dos servidores, poderia aportar parte dos seus recursos, muito embora as emendas não sirvam para pessoal, porque elas não podem ser consideradas emendas para custeio, elas não entram no saldo orçamentário, mas a Secretaria de Educação poderia, numa ampla conversa com o SINTER e todos os professores resolver parcialmente da seguinte maneira: os Deputados emprestariam suas emendas para esses segmentos e a Secretaria de Educação trataria de contingenciar outras que são projetos contra o custeio. Dessa forma, a questão da educação poderia ser resolvida numa peça orçamentária. Todos os professores ficariam felizes, é justo. Sou filho de professor, entendo que qualquer salário que pague para um professor ainda é pouco pela aporinhiação que ele tem de ir para uma sala de aula, pegar um giz, como na época antiga, eu fico é com vergonha quando você vai a outros Estados brasileiros, onde não há mais giz, não existe mais isso. Então, o professor enfrenta diversas situações, é o aluno que olha na cara para desafiar, com intenção de denegrir, fica o professor com aquela vontade que um pai indignado olhe para o filho, mas, não pode fazer nada porque é um educador, engole seco e continua ensinando aquele cidadão nos moldes que a casa dele não o ensinou. Mas, tudo bem, até aí eu concordo, mas esse impacto tem que ser estendido às outras categorias. Se a Assembleia Legislativa apresentar a solução para resolver o problema dos professores eles ficarão satisfeitos. Agora, a minha pergunta: As categorias que estão aqui também se solidarizam com os professores e abdicariam das suas funções para que a gente possa salvar aos professores, Sim ou não?

O Senhor entende como a convergência é difícil? E aí a gente fica esquentando o caldeirão. Ou tampa a panela, mas se tampar ela fica uma parte satisfeita, se destampar e tampar a outra, fica insatisfeito.

Então, é, realmente, um jogo de damas. Nós precisamos da boa parceria do Secretário de Administração, da equipe técnica do Governo e, mais uma vez, repito, o governo enfrenta crise sim, mas é na crise que se encontram soluções dos problemas. O governo precisa contingenciar. O Governo precisa fazer um choque de gestão, não interessa se a sua popularidade vai diminuir, ela pode diminuir para depois avançar. Um princípio básico japonês diz: Não avances tanto, que não possas recuar e não recue tanto, que não possas avançar.

Então, a ideia do Governo é fazer esse recuo em prol da classe dos trabalhadores para depois avançar em prol da população, que é tão merecedora quanto a classe dos educadores. Aí a gente encontra um consenso.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Passamos a palavra ao Secretário de administração, Doutor Frederico Linhares.

O Senhor Secretário de Administração, **Frederico Linhares** – Boa-tarde a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Jalser Renier; Deputado Jânio Xingú, autor dessa proposição; na pessoa do qual cumprimento os demais parlamentares; meu caro amigo Francisco Figueira, Presidente do SINTRAIMA; meu dileto amigo Jhonatas Apolônio, Presidente do Sindicato SINTIJUR; Sindicato ao qual, eu tive muito orgulho de pertencer. Em ambos, estive no Tribunal de Justiça, caro professor Ornildo, Presidente do SINTER, que eu tive o prazer de conhecer há pouco tempo, já trocamos boas conversas, na pessoa do qual, peço vênha para cumprimentar os demais dirigentes aqui presentes.

Início pedindo desculpas a todos com relação à ausência da Governadora aqui. Hoje pela manhã aconteceu o evento no Parque Anauá da entrega dos apartamentos do Conjunto Vila Jardim, na Capital de Boa Vista. Um grande evento, importante para o Governo, no qual quase 3000 unidades habitacionais estão sendo entregues em parceria com o Governo Federal e a Caixa Econômica Federal.

Bom, muito se tratou do PCCR do quadro geral que, imagino, seja a principal pauta deste dia importante que estamos vivendo hoje. E gostaria que o pessoal do SINTRAIMA que está presente, com muita honra, levantasse a faixa com uma frase muito importante, que diz: Agora é nossa vez.

Esta frase, Deputado Jalser, representa muito coisa. Quero dizer aos senhores que eu fiz parte dessa categoria, no concurso de 2004, eu, todos vocês, somos servidores da 892, ou pelo menos a grande maioria. Eu fiz parte dessa categoria, se eu não tivesse saído do governo naquela época, eu estaria lado a lado com vocês. Fui analista de recursos humanos, um cargo que está, inclusive, sendo contemplado neste PCCR.

Então, Francisco, quero dizer que eu tenho uma satisfação muito grande por estar podendo ajudar para que o PCCR avance e chegue finalmente à Casa do Povo.

Logo, em janeiro, quando tive a oportunidade de ficar à frente da Secretaria de Administração, foi a minha primeira conversa com o SINTRAIMA que, aliás, é importante que se registre, o primeiro sindicato a nos procurar ainda nos primeiros dias de janeiro deste ano. Tivemos uma primeira conversa preliminar, eu, o Francisco e alguns colegas do SINTRAIMA, que estão aqui. Naquela ocasião nós acertamos que o sindicato faria o texto-base do PCCR. Em março o SINTRAIMA entregou esse plano na Secretaria de Administração. Esse texto foi o que usamos de base para criar uma comissão com a participação do sindicato, Deputada Aurelina. Esse plano, desde março, já está em parceria com a SEGAD, SINTRAIMA. O plano, eu gostaria de dizer com muita alegria, está pronto. Está aqui contemplando todas as reivindicações que foram acordadas com o SINDICATO. Temos um orgulho imenso do trabalho que foi feito em parceria com vocês. O plano já passou por todas as etapas burocráticas, que muitas vezes atrapalham, mas conseguimos vencer em um tempo curto, porque, geralmente, vocês estão acostumados com isso, esses planos demoram, às vezes, mais de um ano para vencer essas etapas burocráticas. Entretanto, já temos o parecer favorável da PROGE, já temos a nota técnica da SEPLAN que contempla a questão orçamentária. Foi, pois, uma vitória muito grande dessa parceria. Quero destacar o trabalho da equipe técnica da Secretaria de Planejamento e da equipe técnica do Instituto de Modernização que nos ajudaram imensamente a avançar no plano de carreira do quadro geral.

Gostaria de dizer que esse plano de carreira é um avanço imenso para todos nós. Sabem por quê? Porque ele contempla, como a Deputada Aurelina bem mencionou, a grande maioria dos servidores do Estado de Roraima que, desde 2004, nunca foram ouvidos pelas administrações passadas. Jamais tiveram uma progressão sequer. O Governo jamais vai permitir que isso aconteça, que vocês fiquem nesse limbo. Sempre disse nas reuniões dos Sindicatos que os servidores, ligados ao SINTRAIMA da Lei 892 do quadro geral, estão no limbo hoje, sabem por quê? Em 2004, foi feito um grande concurso público, foi um grande avanço, é verdade. De 2004 para cá, muitas categorias foram organizando a sua situação própria. Mas, olha o que aconteceu! os servidores da saúde fizeram plano próprio e essas pessoas que estão hoje aqui, desde cedo, debatendo conosco, nunca tiveram um plano próprio. Como permitir isso? Como admitir que isso não seja uma tremenda injustiça com o trabalhador? Eu vou dizer uma coisa, com todo o respeito às outras categorias, aos professores, pois eu também sou professor, com todo respeito às outras categorias, mas quem toca este Estado são vocês. Deputado Evangelista, faça o teste, converse com qualquer Secretário de Estado e pergunte se ele quer assistentes administrativos a mais para trabalhar na secretaria dele. Ele vai querer, sim ou não? Vai querer porque são vocês que fazem o trabalho. O secretário decide, os coordenadores passam a bola, mas são vocês que botam a mão na massa. É essa categoria que tem que ser valorizada. Então, esse plano, para mim, representa uma marca, um legado que eu quero deixar. Eu falei para o Francisco a primeira vez que nos reunimos: Francisco, se eu conseguir gestar, junto com o Sindicato, esse Plano, e ele ultrapassar as barreiras burocráticas, encaminharemos para a Assembleia Legislativa e obteremos a aprovação. Eu vou sair da secretaria com a sensação do dever cumprido, porque é um compromisso. Não é um mero compromisso de campanha, ou um mero compromisso com vocês, não. É um compromisso de vida, porque eu sou servidor público desde o dia em que me formei há 11 anos; eu nunca deixei de ser servidor público. Já sofri muita coisa, como vocês estão sofrendo hoje. Já fiz greve, como muitos estão fazendo hoje. Eu passei por isso. Eu senti na pele o que é ser maltratado pela

administração. Inclusive, Deputado Jalser, quero deixar registrado aqui na Casa que, atualmente, o meu cargo de concurso é Procurador do Município. Os meus colegas procuradores municipais também estão passando por um momento turbulento que depois requer um olhar atento a isso. Como falei, meu companheiro Jhonatan está aqui de prova. Já estivemos enfileirados na época do Tribunal de Justiça, fazendo, também, as nossas reivindicações. Então, é com muita satisfação que, em nome da Governadora, eu digo que o Plano já está pronto e que, na semana que vem, chega aqui na Assembleia Legislativa. E aí, Senhores Deputados, eu quero conchamar aos Senhores que façam, uma análise célere e aproveemos o quanto antes esse plano para tomar as providências administrativas e enquadrar vocês todos. Então, que a partir do ano que vem, a gente possa estar com essa situação totalmente equacionada e assim, olharmos para um futuro melhor atendendo as reivindicações das demais categorias. A Secretaria de Administração, a exemplo do que aconteceu com o SINTRAIMA, está aberta para o diálogo com qualquer categoria sindical.

Quero me congratular também com o presidente do Sindicato da UERR. Sou fã da luta de vocês. Sou fã da Universidade Estadual de Roraima, a próxima vez que tiver concurso lá para professor, vou fazer também. Quem sabe se eu estudar um pouquinho eu consiga passar, pois eu admiro demais essa classe, sou professor há 11 anos e, meus alunos no semestre passado, quando lhes comuniquei que iria assumir a Secretaria de Administração, disseram: “poxa, o senhor vai largar a sala de aula”? Eu respondi: “eu largo o governo, mas eu não largo a sala de aula”. A minha vida está na sala de aula, faço a tarefa com muito amor, Professor Ornildo, tenho certeza que Vossa Senhoria também. Continuo dando aula até hoje, claro, infelizmente, não com tantas turmas como eu gostaria. Inclusive, andei faltando lá na Universidade, depois eu vou ter que compensar. Mas quero dizer mais algumas coisas para vocês referente à implementação desse plano. Já estou contando, Senhores Deputados, que Vossas Excelências aprovarão o plano que, com muito custo, foi gestado aqui.

Eu quero dizer, Francisco, em relação ao reajuste, que você mencionou, que é muito importante. Na verdade, como você falou, foi escalonado em três anos. O Governo, obviamente, nem gostaria de escalonar esse aumento. Se a gente pudesse, a gente daria o aumento de uma só vez, mas como o aumento é significativo porque recompõe 11 anos de perdas salariais, aí a gente esbarra na questão orçamentária, como bem disse a Deputada Aurelina e o Deputado Jalser. Então, é com muita responsabilidade que a Secretaria de Planejamento fez isso. Eu me comprometo, Francisco, de levar esse pleito e conversar com a equipe técnica da Secretaria de Planejamento. Mas, em razão do tempo, eu até acho que, se formos refazer o estudo da SEPLAN, já não conseguiríamos mandar na próxima semana o plano para cá. Considerando que o plano já foi aprovado pela categoria, pelo SINTRAIMA, que está bem representado aqui, eu penso que o ideal seria a gente mandar do jeito que está acordado com vocês. Aí, eu até pergunto: vocês querem que eu retire o plano para fazer um novo estudo ou que eu mande logo o plano para cá? Mando logo, sim ou não? Eles dizem sim. Então, pronto!

Então, Deputado, ultrapassada essa questão de ordem técnica, a gente vai mandar o plano do jeito que ele foi gestado, com muita responsabilidade, uma palavra que o Deputado Jalser usou algumas vezes, com a qual concordo. Comprometo-me, Deputado, a fazer um amplo estudo sobre a questão do auxílio-alimentação. Considero que esse é um direito que deve ser estendido a todos. Vamos fazer o estudo de impacto. A reforma administrativa, a que o Deputado Jânio Xingú se refere, está sendo gestada também. Nós estamos elaborando, como o senhor falou, um choque de gestão. Ano que vem vai ser o primeiro ano que o novo governo vai ter um orçamento, que foi gestado por ele, foi elaborado por ele. O senhor sabe que isso ajuda, porque quando a gente está executando um orçamento que não foi feito por nós, há certo descompasso entre as prioridades. Então, eu posso assegurar ao senhor que esse estudo será realizado em respeito a todos os trabalhadores que aqui estão.

Para finalizar, dado ao adiantado da hora, também, convido todos aqueles presidentes de entidades sindicais que quiserem dialogar com a SEGAD, nós estamos como sempre estivemos de portas abertas, sempre. A SEGAD é o elo de ligação entre o Governo do Estado, o trabalhador e o servidor público. Nós não somos uma Secretaria afim, a gente não está na vitrine como a Secretaria de Educação, de Saúde, do Trabalho, somos uma secretaria meio. Mas, como secretaria meio, temos toda a condição do mundo de atender, com todo o carinho, com todo respeito a todas as categorias profissionais, porque é isso que estava faltando. Sabem o que estava faltando? Tratarem o servidor público com respeito que ele merece, além do respeito, do carinho, do Governo do Estado para com o Servidor. O Governo acreditava que o servidor era uma máquina de trabalhar e que não precisaria de manutenção. Não é assim. O servidor é uma pessoa que precisa de cuidados, que tenha a sua saúde cuidada, que tenha a sua educação, a

sua instrução, a sua capacitação cuidada. Quero dizer que nós já estamos fazendo uma revolução ali dentro. Temos o programa “Qualidade de Vida do Servidor”, levando a eles um pouco mais de dignidade e instrução. Quero dizer que neste plano, está contemplado o adicional de qualificação, que tanto foi falado aqui. E, para quem faz graduação, especialização, mestrado, doutorado, esse servidor precisa ser valorizado. Está aqui com toda dignidade, que o Governo pode entregar neste momento.

Então, com essas palavras, Senhor Presidente Deputado Jânio, eu gostaria de dizer que, tão logo for decidido pela categoria, semana que vem o plano já estará aqui na Assembleia. É um compromisso nosso, o plano já está pronto, apenas recebendo os ajustes necessários em relação à técnica legislativa para que ele venha bem redondinho, e dê um pouquinho menos de trabalho para os senhores. A todos o meu muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Muito obrigado. Com a palavra o Senhor representante do Sindicato dos Trabalhadores Cíveis do Poder Executivo do Estado de Roraima, Senhor Francisco de Assis Pereira Figueira.

O Senhor **Francisco de Assis Pereira Figueira**, representante do Sindicato dos Trabalhadores Cíveis Efetivos do Poder Executivo do Estado de Roraima/SITRAIMA. - Podem levantar as faixas aqui. A gente diz: dê a César o que é de César. São duas situações. Uma é “Agora é Nossa Vez”, que foi numa discussão com o Deputado Xingú, quando ele disse: Rapaz, vocês precisam de alguma coisa que seja incisiva, aí ele sugeriu essa frase, e nós a colocamos. Outra, é que este plano, em toda sua magnitude, não teria acontecido sem a comissão que foi formada na SEGAD e presidida pela professora Consolata Farias, com um membro do sindicato, a Andréia Feitosa que lutou, travaram batalha e, hoje, nós estamos aqui nesta Casa com a perspectiva, aliás, com a certeza que na próxima semana ele estará aqui. E tão logo esteja aqui, aguardaremos o dia da votação, quando estaremos aqui em um número maior. Obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente **Jânio Xingú** – Agradeço a presença de todos e, não havendo mais nada a tratar, declaro por encerrada a presente Audiência Pública.

## DAS COMISSÕES

### SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

#### DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.

#### GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.

#### COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.

#### OFÍCIO CIR/Nº 003/2015

Palácio Antônio Martins, 06 de outubro de 2015.

Senhor(a) Deputado(a)

Cumprimentando-o, cordialmente, comunicamos a Vossa Excelência que está aberto o prazo para a apresentação de Emendas, ao **Projeto de Lei nº 060/15**, de autoria do Poder Executivo, que “**Dispõe sobre o Plano Plurianual-PPA, para o quadriênio 2016 a 2019**”, no período de 13/10/2015 a 22/10/2015.

Outrossim, informamos que a Diretoria de Orçamento e Planejamento encontra-se disponível para assessoramento dos Senhores Deputados.

Atenciosamente,

**Dep. Coronel Chagas**  
Presidente da Comissão

### SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

#### DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.

#### GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES.

#### COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.

#### OFÍCIO CIR/Nº 004/2015

Palácio Antônio Martins, 06 de outubro de 2015.

Senhor(a) Deputado(a)

Cumprimentando-o, cordialmente, comunicamos a Vossa Excelência que está aberto o prazo para a apresentação de Emendas, ao **Projeto de Lei nº 061/15**, de autoria do Poder Executivo, que “**Estima a receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016**, no período de 13/10/2015 a 22/10/2015.

Outrossim, informamos que a Diretoria de Orçamento e Planejamento encontra-se disponível para assessoramento dos Senhores Deputados.

Atenciosamente,

**Dep. Coronel Chagas**  
Presidente da Comissão